UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

CHEILA FREIRES CHAVES

INCLUSÃO DO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS DE EXTENSÃO DESENVOLVIDOS PELAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO RIO DE JANEIRO.

SEROPÉDICA, RJ
2025

CHEILA FREIRES CHAVES

INCLUSÃO DO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS DE EXTENSÃO DESENVOLVIDOS PELAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO RIO DE JANEIRO.

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola. Área de Concentração em Educação Agrícola.
Orientador: Dr. Allan Rocha Damasceno

Seropédica, RJ
2025

AGRADECIMENTOS

Gratidão aos meus pais pela oportunidade de estudar e pelos incentivos de sempre.
Gratidão ao meu irmão Vinícius por me incentivar e me ouvir em todos os momentos.
Gratidão aos amigos do ICHS, em especial Alessandra, Zenilde, Rosane e Tamara pelo apoio, orientação e trocas em nossas conversas.
Gratidão às minhas amigas Elza, Jessica, Jessyca e Mirian pelas palavras de incentivo sempre.
Gratidão à UFRRJ, o lugar que me deu muitas oportunidades.
Gratidão ao Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola PPGEA e aos docentes do programa pelos ricos ensinamentos.
Gratidão ao Prof. Allan Damasceno por todos os ensinamentos, atenção e disponibilidade durante todo o processo de orientação.
Gratidão aos membros da banca examinadora pela importante contribuição com esta pesquisa.
Gratidão ao Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação, Diversidade e Inclusão (LEPEDI) pelas ricas discussões e aprendizados.

RESUMO

CHAVES, Cheila Freires. **Inclusão do público da educação especial: uma análise dos projetos de extensão desenvolvidos pelas universidades públicas do Rio de Janeiro.** 2025. 86f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola - Instituto de Agronomia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2025.

A pesquisa tem como tema principal a inclusão do público da educação especial por meio dos projetos de extensão das universidades do Rio de Janeiro, especificamente a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). A inserção da Extensão Universitária integrada com o Ensino e a Pesquisa é um modelo que favorece a formação de profissionais emancipados e pode contribuir para o desenvolvimento da sociedade e para o estreitamento dos laços entre a Universidade e a comunidade. Neste contexto, o objetivo da pesquisa é identificar as concepções de inclusão abordadas nos projetos de extensão dessas instituições no período de 2016 a 2023. Para tanto, a pesquisa se fundamentou nos pressupostos metodológicos da pesquisa exploratória. A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma análise documental dos Planos de Desenvolvimento Institucional das universidades mencionadas, destacando as ações voltadas para a extensão e a inclusão do público da educação especial. Além disso, foi realizada a aplicação de um questionário misto, via Google Forms, aos coordenadores dos projetos analisados, sujeitos da pesquisa. Os resultados revelaram que as universidades em questão demonstraram uma preocupação significativa com a inclusão do público da educação especial. As ações desenvolvidas nos projetos de extensão resultaram em construção de material didático, a capacitação de professores e a criação de iniciativas para promover a inclusão. A pesquisa também abordou as adaptações feitas durante o período da pandemia de COVID-19 e evidenciou como os projetos de extensão se reinventaram para continuar suas atividades durante o isolamento social.

Palavras-chave: Inclusão, Extensão Universitária, Educação Especial.

ABSTRACT

CHAVES, Cheila Freires. **Inclusion of the special education public: an analysis of extension projects developed by public universities in Rio de Janeiro.** 2025. 86p. Dissertation (Master's in Agricultural Education - Institute of Agronomy. Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, 2025.

The main theme of the research is the inclusion of special education students through extension projects at universities in Rio de Janeiro, specifically the State University of Rio de Janeiro (UERJ), the Federal University of the State of Rio de Janeiro (UNIRIO), the Fluminense Federal University (UFF), the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ) and the Federal Rural University of Rio de Janeiro (UFRRJ). The inclusion of university extension integrated with teaching and research is a model that favors the training of emancipated professionals and can contribute to the development of society and closer ties between the university and the community. In this context, the aim of the research is to identify the conceptions of inclusion addressed in the extension projects of these institutions from 2016 to 2023. To this end, the research was based on the methodological assumptions of exploratory research.The research was carried out by means of a documentary analysis of the Institutional Development Plans of the universities mentioned, highlighting the actions aimed at extension and the inclusion of the special education public. In addition, a semi-structured questionnaire was administered via Google Forms to the coordinators of the projects analyzed. The results revealed that the universities in question have shown significant concern for the inclusion of special education students. The actions found in the extension projects included the construction of teaching materials, teacher training and the creation of initiatives to promote inclusion. The research also addresses the adaptations made during the COVID-19 pandemic, highlighting how extension projects reinvented themselves to continue their activities during social isolation.

Keywords: Inclusion, University Extension, Special Education.

SIGLAS E ABREVIAÇÕES

FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
ICHS	Instituto de Ciências Humanas e Sociais
PNE	Plano Nacional de Educação
CRUTAC	Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária
CODAE	Coordenação das Atividades de Extensão
MEC	Ministério da Educação
UNE	União Nacional dos Estudantes
CNE	Conselho Nacional de Educação
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão
SESu	Secretaria de Educação Superior
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
FEBF	Faculdade de Educação da Baixada Fluminense
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
AEE	Atendimento Educacional Especializado
TEA	Transtorno do Espectro Autista
LDTA-ESDI	Laboratório Tecnologia Assistiva - Escola Superior de Desenho Industrial
SEM	Salas de Recursos Multifuncionais
OBTEA	Observatório Fluminense do Autismo: ações coletivas, educação inclusiva e linguagem
ApIT-Reduerj	Acessibilidade para Inclusão de Todos: rede UERJ

T.A.	Tecnologia Assistiva
PLA	Projeto Ledor Amigo
IBC	Instituto Benjamin Constant
ADACA	Ambiente Digital de Aprendizagem para Crianças Autistas
NEE	Necessidades Educacionais Especiais
AFAC	Associação Fluminense se Amparo aos Cegos
SPA	Serviço de Psicologia Aplicada da UFF
IEAR	Instituto de Educação de Angra dos Reis
LEMi	Laboratório Inclusivo de Educação Matemática
FeMASS	Faculdade Municipal de Macaé Professor Miguel Ângelo da Silva Santos
DIECI	Desenvolvimento e Inovação em Ensino de Ciências
REAs	Recursos Educacionais Abertos
PPBi	Programa de Pós-Graduação em Ciência e Biotecnologia
GLC	Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas
LEG	Laboratório de Ensino de Geometria
LEGI	Laboratório de Ensino de Geometria Itinerante
ACA	Associação Caminho Azul
CEART	Centro de Artes
LEMAK	Laboratório Inclusivo de Educação Matemática
LEMi	Museu Interativo Inclusivo de Educação Matemática
PIT	Plano Individual de Transição
DID	Deficiência Intelectual e do Desenvolvimento
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
GETEA	Grupo de Estudos em Transtorno do Espectro Autista
LADTECs	Laboratório de Audiodescrição e Produção de Outras Tecnologias Assistivas
NEEICAp-UFRJ	Núcleo de Educação Especial e Inclusiva Colégio de Aplicação
EBA	Escola de Belas Artes
NAI	Núcleo de Acessibilidade e Inclusão
PCD	Pessoa com Deficiência

UDF	Universidade do Distrito Federal
URJ	Universidade do Rio de Janeiro
UEG	Universidade do Estado da Guanabara
FEFIEG	Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara
UFERJ	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Esamv	Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária
ENA	Escola Nacional de Agronomia
ENV	Escola Nacional de Veterinária
EAD	Educação a Distância

QUADROS

Quadro 01: Projetos de Extensão UERJ 28

Quadro 02: Projetos de Extensão UNIRIO 33

Quadro 03: Projetos de Extensão UFF 36

Quadro 04: Projetos de Extensão UFRJ 45

Quadro 05: Projetos de Extensão UFRRJ 48

GRÁFICOS

Gráfico 1: Principais objetivos dos Projetos de Extensão UERJ 31
Gráfico 02: Projetos de Extensão UERJ..... 32
Gráfico 3: Principais objetivos dos Projetos de Extensão UNIRIO..... 34
Gráfico 04: Projetos de Extensão UNIRIO 35
Gráfico 5: Principais objetivos dos Projetos de Extensão UFF..... 43
Gráfico 06: Projetos de Extensão UFF 44
Gráfico 07: Principais objetivos dos Projetos de Extensão UFRJ..... 46
Gráfico 08: Projetos de Extensão UFRJ..... 47
Gráfico 09: Principais objetivos dos projetos de extensão UFRRJ..... 50
Gráfico 10: Projetos de Extensão UFRRJ 51
Gráfico 11: UERJ em números..... 55
Gráfico 12: UNIRIO em números 56
Gráfico 13: UFF em números..... 57
Gráfico 14: UFRJ em números..... 58
Gráfico 15: UFRRJ em números 60
Gráfico 16: Deficiências e transtornos abordados nos Projetos de Extensão..... 62
Gráfico 17: Áreas envolvidas nos Projetos de Extensão 63

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 1

1 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL 4

1.1 Aspectos Contemporâneos da Extensão 4

1.2 A Extensão Universitária e a Formação Acadêmica 10

1.3 A Função Social da Extensão Universitária 14

2 OS PROJETOS DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO RIO DE JANEIRO: EXPERIÊNCIAS INCLUSIVAS 21

2.1 Inclusão em Educação: Culturas e Políticas 21

2.2 Universidade Estadual do Rio de Janeiro 27

2.3 Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro 32

2.4 Universidade Federal Fluminense 35

2.5 Universidade Federal do Rio de Janeiro 44

2.6 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro 47

3 ITINERÁRIO METODOLÓGICO DA PESQUISA 52

3.1 Objetivos do Estudo 53

3.2 Questões de Estudo 53

3.3 Caracterização do Lócus da Pesquisa 54

3.4 Sujeitos da Pesquisa 60

3.5 Procedimentos e Instrumentos de Coleta de Dados 60

3.6 Concepções de Inclusão nos Projetos de Extensão das Universidades Públicas do Rio De Janeiro (UERJ, UNIRIO, UFF, UFRJ e UFRRJ) 61

4 CONSIDERAÇÔES FINAIS 75

5 REFERÊNCIAS 78

6 APÊNDICE 84

APRESENTAÇÃO

> Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo. Paulo Freire

Ao longo da história a Extensão Universitária passou por mudanças significativas. Conforme o FORPROEX (2006), durante um bom tempo a extensão desempenhou a função assistencialista e difusionista do conhecimento da classe dominante, ou seja, tinha como foco a prestação de serviços à comunidade carente e a disseminação de normas e valores dominantes na sociedade.

A inserção da Extensão integrada com Ensino e Pesquisa é uma combinação que contribui para que a Universidade forme profissionais emancipados e que podem auxiliar no desenvolvimento da sociedade, além de contribuir para a aproximação da Universidade com a comunidade.

O reconhecimento constitucional da extensão com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), no Plano Nacional de Extensão e no Plano Nacional de Educação pode ser considerado um fator importante para institucionalização da Extensão.

Os Fóruns de Extensão também tiveram um papel importante nesse processo de avanço da Extensão Universitária. O espaço para debates e de colaboração entre as instituições foram importantes para consolidar a Extensão e garantir a formulação de políticas que contemplassem a extensão desenvolvida. Essa discussão em torno da Extensão Universitária contribui para o fortalecimento da Extensão no âmbito acadêmico e social.

A participação da Extensão nas Universidades está diretamente ligada a formação que deseja oferecer. O compromisso social implica em responsabilidade na promoção do desenvolvimento social. A integração Ensino-Pesquisa- Extensão fortalece a missão da Universidade, pois ao unir a produção de conhecimento (pesquisa), a transmissão de conhecimento (ensino) e a aplicação desse conhecimento na comunidade (extensão) leva a Universidade para além dos muros da instituição.

Sou moradora de Seropédica, oriunda de escola pública e egressa do curso de Licenciatura em Matemática da UFRRJ, finalizado em novembro de 2006. Em 2009 fui nomeada para o cargo de assistente em administração da UFRRJ.

Há 15 anos sou servidora técnico-administrativo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e nesse tempo tive a oportunidade de conhecer pessoas, histórias e vivenciar um ambiente de diversidade.

Sempre vi na Universidade uma oportunidade de crescimento pessoal e profissional e hoje, trabalhando num ambiente de diversidade, ainda sou surpreendida por moradores de Seropédica que não conhecem a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. A extensão universitária é a oportunidade de abrir as portas para as comunidades para que todos conheçam e entendam a importância da instituição no processo de transformação pessoal e social.

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008) trouxe novos desafios para a Universidade e, com isso, senti a necessidade de novos conhecimentos para que a equidade continuasse prevalecendo no meu ambiente de trabalho.

Estar na Universidade me proporcionou participar de colóquios e congressos voltados para a inclusão do público da educação especial e refletir sobre as mudanças e transformações necessárias.

Junto com outros servidores do Instituto de Ciências Humanas e Sociais-ICHS desenvolvemos o Projeto de Extensão "Serviço de apoio e assessoramento à pessoa com deficiência - Servidores Técnico-Administrativos do ICHS e a Inclusão no Ensino Superior".

Nesse caminho de busca por conhecimento e após algumas conversas com meu orientador, Prof. Allan Damasceno, que me fez perceber que podemos ir além dos muros, decidi pesquisar sobre a inclusão do público da educação especial a partir da Extensão Universitária.

Nesse universo onde a Extensão Universitária permite ultrapassar os muros da Universidade, é necessário transmitir o conhecimento produzido nas Universidades. Diante disso, esta pesquisa buscou investigar a inclusão do público da educação especial no contexto dos projetos de extensão das Universidades do Rio de Janeiro.

O caminho percorrido para elaboração desse trabalho está dividido da seguinte forma:

Capítulo 1 – A Extensão Universitária no Brasil: apresentamos um breve histórico sobre a trajetória da Extensão Universitária, destacando a sua evolução ao longo dos anos, e a relação com a formação discente e com a sociedade, refletindo sobre o processo formação de cidadãos éticos que promovam a transformação social.

Capítulo 2 – Os Projetos de Extensão das Universidades Públicas do Rio de Janeiro: Experiências Inclusivas: traz uma reflexão sobre o processo de construção de uma educação inclusiva com a participação de diferentes atores e expõe as ações previstas nos Planos de Desenvolvimento Institucional das Universidades pesquisadas, no que diz respeito à extensão e às políticas inclusivas e, também, os objetivos dos projetos desenvolvidos na área de

inclusão do público da educação especial. Este capítulo também traz os Projetos de Extensão desenvolvidos durante o período 2016-2023.

Capítulo 3 - Procedimentos Metodológicos da Pesquisa: indica o percurso do desenvolvimento da pesquisa. São apresentados os objetivos e as questões de estudo, a metodologia, a caracterização do lócus e dos sujeitos do estudo. São apresentados também os procedimentos e os instrumentos de coleta de dados, o lócus e os sujeitos da pesquisa. Esse capítulo apresenta, ainda, a análise dos dados coletados, vindo do questionário enviado aos coordenadores dos Projetos de Extensão.

Considerações finais – Foram apresentadas as reflexões sobre as respostas dadas pelos Coordenadores dos Projetos de Extensão desenvolvidos pelas Universidades. Espera-se com este estudo mostrar a importância dos projetos de Extensão e as contribuições para a formação e para a transformação da sociedade.

"Quando a humanidade se aliena da memória, esgotando-se sem fôlego na adaptação ao existente, nisto reflete-se uma lei objetiva de desenvolvimento." Theodor Adorno

1 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL

1.1 Aspectos Contemporâneos da Extensão

A extensão universitária é um conceito fundamental do ensino superior no Brasil, e está intrinsecamente ligada à missão das universidades de promover a transformação social. De acordo com Almeida (2015):

> A extensão universitária é um conceito adotado pelas Universidades latinoamericanas e especialmente no Brasil, que se refere ao envolvimento da Universidade com a sociedade. A ideia de extensão está associada ao ideal de transformação societária, na qual a Universidade através de seu compromisso social deve produzir conhecimento para ajudar na construção de respostas rápidas às demandas sociais. No Brasil, a extensão é um dos pilares do ensino superior, conjuntamente com o ensino e a pesquisa, conforme dispõe o artigo 207, caput, da Constituição Federal deste país. (p. 60)

A extensão universitária vem passando por mudanças importantes nos últimos anos. As discussões em torno da extensão universitária buscam reconhecê-la como importante para a produção científica e para a formação cidadã de vários profissionais. De acordo com resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024:

> Art. 3º A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.
> Art. 4º As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos.

De acordo com Gabriel (2022) os primeiros registros de extensão são de 1911 e indicam a realização de cursos e conferências:

> Os primeiros registros, em 1911, apontam para cursos e conferências ministrados pela Universidade de São Paulo, seguidos pela Universidade Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa que desde a sua inauguração, em 1926, oferecia prestação de serviços à comunidade. Nesse primeiro momento, aspirava-se que os conhecimentos técnicos desenvolvidos no âmbito das IES fossem acessíveis a população. (p.24)

Segundo o FORPROEX (2006, p.17), as primeiras menções normativas sobre Extensão Universitária constam no Estatuto da Universidade Brasileira, Decreto 19.851/1931. Nessa época o entendimento sobre a Extensão Universitária estava relacionado à cursos, conferências ou assistência rural para pessoas com diploma universitário. Existia uma distância entre as ações extensionistas e a população, pois a Extensão Universitária era destinada aos interesses da classe dominante. Ainda de acordo com o documento (p.18), embora uma nova forma de extensão tenha sido promovida pelo Movimento Estudantil, na década de 1960, com ações em sua maioria assistencialista direcionadas à população carente, essas ações não eram associadas ao projeto acadêmico da Universidade. O mesmo documento (p. 18 e 19) também destaca a criação do Projeto Rodon, criado com o objetivo de inserir os estudantes à serviço do Estado. Através desse projeto, gerido pelo Estado, a Universidade participava das atividades proposta pelo governo sem desenvolver ações na esfera político-social brasileira. O objetivo era que os estudantes ajudassem na adesão aos modelos desenvolvimentista e tecnicista implementado no país, mas os movimentos contra-hegemônicos foram contrários a esse sistema.

> O Movimento Estudantil teve uma grande importância na discussão sobre a extensão universitária no Brasil, propondo constantemente novas formas de se conceber a universidade e reinventar a sua relação com a sociedade. Todavia, essa caminhada foi interrompida em virtude do Golpe Militar ocorrido no Brasil, em 1964, e os estudantes passarem a atuar na clandestinidade. Por outro lado, o governo brasileiro desta época imprimiu uma extensão universitária desvinculada da lógica discutida até então, gerando um grande descontentamento por parte da academia universitária. (Almeida, 2015, p. 61)

Como escreve Gabriel (2022, p. 25), o artigo 69 da Lei 4024/61 equiparava os cursos de extensão universitária ao nível de especialização e aperfeiçoamento. Tal medida foi revogada em 1969 pelo decreto 464/69.

Em 1966 foram criados Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) que visavam propiciar aos estudantes universitários atuação junto às comunidades rurais envolvidas as metas das políticas dos governos militares.

Conforme o FORPROEX (2012, p. 13), a CRUTAC propôs entre outras coisas, a criação da Coordenação das Atividades de Extensão (CODAE) que produziu o Plano de Trabalho de Extensão Universitária que, sob a influência de Paulo Freire, definiu a Extensão como ação institucional direcionada ao atendimento das populações com objetivo de troca de saberes acadêmicos e popular.

O FORPROEX (2006, p.20), destaca que com a publicação da Lei 5.540/1968 que trata da reforma universitária, as ações de extensão passaram a ter um formato assistencialista

estendidas à comunidade em formato de cursos e serviços, mas ainda desvinculada do ensino e da pesquisa. Nessa reforma, em seu Art. 2º, a indissociabilidade contemplava apenas o ensino e a pesquisa.

Sobre o caráter assistencialista, Deus (2020) escreve:

> O paternalismo e o assistencialismo estão enraizados em nossa sociedade latino-americana. Muitas vezes, a comunidade apenas espera algo da Universidade. Esta é, no mínimo, uma situação cômoda. Para aprender, para ensinar, para assessorar e para oxigenar, a universidade não pode e não deve ser um ente que oferece benefícios. (p. 61).

De acordo com o FORPROEX (2012, p.14), durante o processo de restauração da democracia a concepção de Universidade Pública foi reelaborada e as práticas de Ensino, Pesquisa e Extensão foram redefinidas. A visão assistencialista da extensão foi questionada e com isso a Extensão Universitária passou a ser vista como um processo que une Ensino e Pesquisa e se aproxima dos movimentos sociais.

Segundo Medeiros (2017, p. 11), em 1975, mesmo diante da censura, o Ministério da Educação e da Cultura apresentou o Plano de Trabalho de Extensão Universitária. Para a autora esse Plano de Trabalho teve grande influência no processo histórico de construção da Extensão Universitária no Brasil, pois através dele o MEC estabeleceu diretrizes que permitiram às universidades promoverem atividades de extensão que contribuíssem para a sociedade, apesar da censura e do controle político da época.

Nesse contexto de mudanças, Coelho (2014, p.13) ressalta que até 1980 a Extensão Universitária apresentou pouco crescimento mesmo ocorrendo, eventualmente, manifestação de estudantes universitários. De acordo com o autor, o crescimento da extensão enquanto atividade universitária teve como estímulo:

> a) Para os professores, a procura de romper o isolamento da Universidade, e aumentar o seu prestígio e a sua influência na sociedade;
> b) Para os estudantes, pelas mesmas razões, e por reivindicar experiências práticas que pudessem contribuir para sua formação profissional;
> c) Para a comunidade, por buscar na Universidade conhecimentos úteis que pudessem contribuir para o esclarecimento e a solução de problemas;
> d) Para o Estado, por ver na Universidade a possibilidade de promover políticas sociais e qualificação de diferentes setores, em diversas áreas e níveis.

Em 1987 foi criado o Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidade Públicas Brasileiras (FORPROEX), o conceito sobre a extensão foi revisto e passou a ter uma práxis mais educativa, baseada no princípio da indissociabilidade, buscando um currículo dinâmico, flexível e transformador. Nesse sentido, o FORPROEX (2012) afirma:

> A diretriz Impacto e Transformação Social reafirma a Extensão Universitária como o mecanismo por meio do qual se estabelece a inter-relação da Universidade com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional, assim como para o aprimoramento das políticas públicas. A expectativa é de que, com essa diretriz, a Extensão Universitária contribua para o processo de (re)construção da Nação, uma comunidade de destino, ou de (re)construção da polis, a comunidade política. Nesse sentido, a diretriz Impacto e Transformação Sociais imprime à Extensão Universitária um caráter essencialmente político. (p.35 e 36)

Medeiros (2017, p. 11) destaca que nos Fóruns surgiram ideias consensuais sobre a Extensão e seu papel na comunidade. Inicialmente, as diretrizes foram organizadas de forma regionalizada e, posteriormente, estruturadas em programas e ações mais abrangentes.

Desde sua criação o FORPROEX vem desenvolvendo, junto às Universidades, políticas de extensão que objetivam atingir a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, princípio firmado em 1988 no Art. 207 da Constituição Brasileira. Já no segundo encontro do FORPROEX discutiu-se estratégias de articular extensão com ensino e pesquisa, destaque para crítica ao conceito de sala de aula que passa a ser considerado como todo espaço, dentro ou fora da universidade onde ocorre o processo histórico social vivenciados por professores e estudantes, os responsáveis pelo ato de aprender e produzir conhecimento. (FORPROEX, 2006. p. 22, 23)

Silva e Kochhann (2018) destacam o avanço da extensão universitária a partir do XIV Encontro de Nacional de Pró-Reitora de Extensão das Universidades, onde foi assumida uma perspectiva contrária à prestação de serviços e assistencialismo. Segundo as autoras:

> Em 1998, ocorreu o XIV Encontro Nacional dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, no qual se elaborou a proposta do Plano Nacional de Extensão. Esse plano, que deveria ser uma política, foi um documento que apresentou um avanço na concepção e no modelo de operacionalização da extensão universitária, pois defendeu uma concepção acadêmica para a extensão, em contra posição às atividades de prestação de serviços e assistencialismo. (p. 708)

É importante destacar a relação entre o processo de redemocratização e a preocupação em recuperar a função social da Universidade iniciada nos movimentos sociais (como a UNE) e setores internos das universidades. A premissa principal era assegurar que a Extensão fosse um meio efetivo de engajamento e desenvolvimento social, refletindo a integração da Universidade com a comunidade. (Medeiros, 2017, p. 12). A autora ainda destaca que as primeiras discussões em torno das atividades extensionistas foi organizada a partir dessas ideias:

> Paulatinamente em torno desta ideia, se vai construindo a imagem da extensão como prática na e da vida acadêmica do estudante universitário, rompendo com o isolamento que esta área tinha em relação ao Ensino e à Pesquisa e corroborando para a criação do que caracteriza o fazer da Universidade. Ademais, esta indissolubilidade demostra que as ações extensionistas não são meramente assistenciais e nem se restringem à oferta de cursos os programas de estudos. (Medeiros, 2017, p.12).

Deus (2020) reforça a importância da interação com o outro e a contribuição da Extensão nesse processo:

> A capacidade de se relacionar com o outro, com o diferente, faz com que o estudante – principalmente aqueles que não têm uma vivência anterior – enxergue um mundo além do seu. A Extensão é a possibilidade de transformação, diálogo, conexões e construção de uma sociedade que dialoga e interage não apenas com os seus semelhantes, mas também com os seus diferentes. (p.33).

A autora também reforça o valor da Extensão Universitária no desenvolvimento do país e no incentivo de geração de renda e de conhecimento:

> Em praticamente todas as instituições de ensino superior, são desenvolvidos projetos, programas ou ações extensionistas. Pequenas e distantes comunidades, assim como setores excluídos por renda, cultura ou raça encontram, na universidade, através da Extensão Universitária, uma forma de inclusão. Ao se distanciar destes compromissos, a universidade se encolhe, fecha-se entre suas grades invisíveis, não permitindo germinar, em seu interior, sementes que produzam frutos. (Deus, 2020, p.52)

Ao analisar o conceito de cuidado, Boff (2005) destaca a perda da sociabilidade entre os humanos. Conforme o autor,

> A sociabilidade entre os humanos se rompeu pela dominação de povos sobre outros e pela luta renhida das classes. No ser humano não se vê outra coisa que sua força de trabalho a ser vendida e explorada ou sua capacidade de produção e de consumo. Mais e mais pessoas, na verdade dois terços da humanidade, são condenadas a uma vida insustentável. (p.05 e 06)

Para Chauí (2001) a sociedade brasileira é fortemente hierarquizada e conserva traços da sociedade colonial escravista. A autora ressalta que as relações sociais reforçam uma relação mando-obediência, há sempre um superior que manda e um inferior que obedece:

> O outro jamais é reconhecido como sujeito nem como sujeito de direitos, jamais é reconhecido como subjetividade nem como alteridade. As relações, entre os que julgam iguais, são de "parentesco", isto é, de cumplicidade; e, entre os que são vistos como desiguais, o relacionamento toma a forma do favor, da clientela, da tutela ou da cooptação, e, quando a desigualdade é muito marcada, assume a forma de opressão. (p.13)

A Universidade deve possibilitar a socialização de conhecimento e contribuir para transformar as visões de mundo e criar diferentes perspectivas:

> Enquanto uma instituição social, uma Universidade, além da construção e socialização de conhecimentos, interfere nos sistemas de relações sociais,

> contribuindo para a transformação das formas de ver, compreender e produzir visões de mundo, projetando novas formas de atuação política. Miguel (2023, p. 03)

Ao falar sobre a desbarbarização no campo, Adorno (2022) reflete sobre possibilidades de mudar essa situação no campo educacional. Para o autor:

> [...] Além disso imagino a formação de grupos e colunas educacionais móveis de voluntários que se dirijam ao campo e procurem preencher as lacunas mais graves por meio de discussões, de cursos e de ensino suplementar. (p. 137)

A participação em ações extensionistas possibilita aos discentes "aumentar seu engajamento social e desenvolver cidadania e, por outro, qualificar-se profissionalmente, tendo, na interação com a sociedade, fonte de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades, sentindo-se, dessa forma, mais seguros para o exercício profissional após a diplomação", como reforça Coelho (2014, p. 16).

Segundo Medeiros (2017, p.13) são inegáveis os avanços em relação às ações de Extensão Universitária no Brasil relacionados aos projetos educacionais entre outros, mas é importante lembrar que vivemos num país diverso:

> No entanto, é preciso também compreender que vivemos em um país que tem em sim muitos Brasis. E nesse contexto de disparidade social, a Universidade Pública e a Extensão Universitária têm um papel primordial no sentido de auxiliar a diminuir estas diferenças e exercitar práticas de inclusão social e aprendizado de cidadania. Daí a relevância da Extensão enquanto elemento de formação de pessoas, mas principalmente enquanto espaço onde se pode exercer uma práxis interativa que alia o conhecimento acadêmico, a educação e a sabedoria popular, promovendo assim uma visão mais ampla da sociedade que vivemos.

Atualmente tem sido discutido nas Universidades a curricularização da extensão que deve incluir o mínimo de 10% da carga horária da graduação em atividades de extensão, conforme assegura a meta 12.7 do Plano de Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 13.005/2014

De acordo com Sartori (2021, p. 34 e 35)

> A curricularização pode potencializar os processos pedagógicos aprimorando a cognição e os processos formativos dos estudantes, tendo em vista a formação de profissionais capazes de desempenhar sua profissão dentro de suas respectivas áreas de formação, com uma sólida formação humanística, que desperte a sensibilidade ao entendimento dos diferentes contextos (ler os 35 contextos, conviver com as diferenças, ser tolerantes). Para produzir tais conhecimentos, faz-se imprescindível a elaboração de um currículo mais dinâmico, com propósito de produzir conhecimentos significativos e desenvolver práticas educativas contextualizadas, não fragmentadas.

Segundo Deus (2021, p. 38-39), é imprescindível estar atento aos conflitos existentes na interação universidade/sociedade e ter clareza de que a extensão fortalece a atuação da universidade na sociedade e junto com a pesquisa proporciona suporte para enfrentar

problemas como crise do sistema de saúde, organização social, debates sobre exercício da cidadania e formação integral dos estudantes. Ainda segundo a autora:

> No momento em que o governo brasileiro elege como inimigos principais as universidades e o movimento social é urgente implementar a curricularização da extensão que, para além de cumprir o determinado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), é uma resposta para qualificar o espaço acadêmico colocando como exigência que todo o estudante universitário realize atividade de extensão e desta forma estenda mais a presença da universidade na sociedade. (p. 41)

A autora também destaca que o excesso de carga horária com disciplinas realizadas em salas de aulas teóricas diminui a possibilidade de experiências fora do espaço restrito e dificulta o contato e a troca de aprendizado com as diferentes realidades e complementa: "A apresentação de determinado estudo, práticas e modelos é bem menos rica e duradoura do que o estudante se ver frente a frente com o conhecimento do outro, com as experiências de vida e de sobrevivência". (Deus, 2021, p. 40-41).

1.2 A Extensão Universitária e a Formação Acadêmica

A extensão universitária é parte fundamental do tripé acadêmico formado por ensino, pesquisa e extensão. É a atividade indispensável para que as universidades cumpram plenamente sua missão formadora, conectando o saber acadêmico às necessidades sociais e culturais e possibilitando a educação integral dos estudantes.

Santos (2010, p. 13) destaca que a interação entre essas três áreas cria um ambiente acadêmico rico e produtivo, onde o conhecimento não é apenas gerado, mas também compartilhado e aplicado em diversos contextos, contribuindo para o desenvolvimento acadêmico e para o bem-estar social:

> Convém observar que o preceito de aplicação sistêmica da tríade ensino-pesquisa-extensão na busca da qualidade da educação superior brasileira é bastante sábio. Sábio porque obriga que as universidades sejam conduzidas, associando e integrando as atividades de ensino, pesquisa e extensão de maneira que se complementem, para bem formar seus profissionais universitários (docentes e discentes). Em outras palavras: a universidade é detentora do conhecimento (formal-científico) e o transmite, por meio do ensino, aos educandos. Através da pesquisa, aprimora os conhecimentos existentes e produz outros novos. Pelo ensino, conduz esses aprimoramentos e os novos conhecimentos aos alunos. Por meio da extensão, pode proceder a difusão, socialização e democratização do conhecimento existente, bem como das novas descobertas à comunidade. A extensão propicia a complementação da formação acadêmica de docentes e discentes universitários, dada nas atividades de ensino e pesquisa, alicerçadas com a aplicação prática. Assim, forma-se um ciclo onde a pesquisa aprimora e produz novos conhecimentos, os quais são difundidos pelo ensino e pela extensão, de maneira que as três atividades tornam-se complementares e dependentes, atuando então de forma sistêmica.

A missão de uma universidade deve ser entendida como um princípio ativo que orienta a sua prática e a sua contribuição para a sociedade. Ela não é apenas um conjunto de palavras que descrevem suas intenções, mas uma força orientadora que influencia a maneira como a universidade gera e transmite conhecimento. Isso envolve um compromisso com a qualidade de vida, pautada por princípios fundamentais como ética, justiça e verdade. Esses valores não são apenas idealizados, mas devem ser praticados de maneira concreta nas atividades acadêmicas e nas relações com a sociedade. (Síveres, 2013, p. 20)

Carvalho e Síveres (2013, p.39) abordam a importância da inserção dos estudantes em projetos de extensão durante sua formação universitária, destacando que essa participação contribui para uma formação integral do sujeito. Para os autores, a organização curricular eficiente, os editais para projetos de pesquisa e extensão e outras ações institucionais não apenas incentivam a participação dos alunos, mas também são determinantes para o seu desenvolvimento integral. Ainda segundo os autores, essas práticas favorecem o crescimento cognitivo, ao proporcionar um aprendizado mais dinâmico e aplicado, e o desenvolvimento afetivo, ao envolver os alunos em experiências de impacto social, profissional e pessoal. Esse equilíbrio entre teoria e prática, e entre aspectos cognitivos e afetivos, é essencial para uma formação universitária de qualidade, que prepara os alunos para os desafios do mundo contemporâneo.

Garcia, Bohn e Araújo (2013) consideram a extensão universitária um instrumento de mudança das próprias instituições e das comunidades envolvidas. As autoras também destacam o papel da extensão no processo de desenvolvimento, segunda as autoras:

> Ao discutir a extensão e seu papel na formação acadêmica, compreendemos que as atividades inerentes às ações extensionistas desencadeiam processos de desenvolvimento no indivíduo, não só em sua formação inicial, mas ao longo da sua vida profissional. (p. 171 e 172)

De acordo com Costa, Baiotto e Garces (2013) a extensão universitária tem adquirido uma importância crescente, sendo reconhecida como um processo essencial para a geração de aprendizagem, ao lado do ensino e da pesquisa:

> Nas últimas décadas, a extensão ganha status nas instituições de ensino superior. Isso se dá em razão de ela ser compreendida como um processo gerador de aprendizagem, da mesma forma que o ensino e a pesquisa. Assim, ela efetiva o verdadeiro sentido de universidade embasada em uma tríade que se complementa. Todavia, a extensão potencializa e estimula a aprendizagem, tornando-a mais humana na medida em que estreita os laços da universidade com a realidade econômica, social, política e cultural e quebra a visão dualista da razão instrumental, que foi dominante por um longo período nas instituições sociais. (p. 61 e 62)

Os autores ainda destacam a importância da participação em projetos de extensão, em que os estudantes têm a oportunidade de vivenciar experiências de aprendizagem que vão além dos conteúdos teóricos, proporcionando uma formação integral que abrange tanto o aspecto profissional quanto o pessoal.

> A extensão universitária é um lócus privilegiado para a práxis acadêmica. Mediante a atuação em projetos de extensão, os estudantes vivenciam experiências significativas de aprendizagem, importantes não apenas para sua formação profissional, mas também pessoal. Na interação com a realidade social, os estudantes colocam frente a frente sua subjetividade individual com a subjetividade social. (p. 66)

Para Garcia, Bohn e Araújo (2013) a extensão traz experiência que poderão interferir na atuação e mudanças de postura:

> A experiência obtida por meio da extensão, durante a formação inicial, antes do estágio obrigatório, pode interferir de forma contundente na atuação futura do graduando que se prepara para o ofício, pois leva a mudanças de postura diante da profissão. (172)

Segundo Carvalho e Síveres (2013, p.54), a universidade, ao proporcionar uma experiência acadêmica rica em questionamentos, contato com diferentes valores e crenças, e exposição a diversas realidades sociais, possibilita um amadurecimento pessoal significativo.

> Os processos de construção do conhecimento na universidade, a participação em projetos de extensão e a missão de instituições comunitárias irão impactar na profissão escolhida e na formação pessoal dos estudantes, visto que o espaço universitário proporciona, além da aquisição de novos conhecimentos, uma nova visão de mundo, uma adequação à profissão, o contato com novos valores e crenças, os questionamentos e as experiências acadêmicas e sociais, e aos mais jovens, um amadurecimento pessoal.

A participação em projetos de extensão vai além da formação técnica. Ela proporciona aos estudantes uma visão mais ampla de sua responsabilidade enquanto futuros profissionais e cidadãos. Isso contribui para que eles se tornem mais conscientes das desigualdades sociais, das necessidades da comunidade e da importância de sua atuação na construção de um mundo mais justo e igualitário. A extensão universitária, assim, se configura como um espaço de aprendizado prático e de engajamento social, onde os estudantes se envolvem ativamente com a realidade social, adquirindo não só habilidades profissionais, mas também uma ética de compromisso com o bem-estar coletivo. (Costa, Baiotto e Garces, 2013, p. 77)

Um ponto destacado por Jantke e Caro (2013) diz respeito ao conhecimento da realidade dos estudantes. Para as autoras, é necessário conscientização para mudanças:

> Os estudantes necessitam do conhecimento da realidade de seu povo e das questões sociais, para se conscientizarem e se proporem à mudança de sua visão de mundo. Porém, acima desses aspectos, estão suas histórias de vida, o

> amplo campo de valores que foram assimilados durante o próprio desenvolvimento e as relações familiares e sociais (p. 101)

Silva (2013) reforça a ação prática da extensão universitária como uma ação integradora, que conecta pesquisa, ensino e extensão de forma a promover processos formativos e produtores de conhecimento, sempre com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das populações mais necessitadas. De acordo com o autor:

> A ação prática da extensão deve buscar ligar pesquisa, ensino e extensão em processos formativos produtores de conhecimento, para uma melhor qualidade de vida da população que precisa dela. A extensão universitária reafirma-se como um processo emancipatório que se expressa no desenvolvimento sustentável – economicamente, socialmente, politicamente e naturalmente – em espaços caracterizados por alto grau de vulnerabilidade e de exclusão social. (p.132)

De acordo com os pensamentos de Garcia, Bohn e Araújo (2013, p.181) o discente que participa de ações de extensão universitária "é mais flexível ao diálogo e é nesse diálogo que se fazem as relações com a vida profissional. Ser profissional é, antes de tudo, estar atento a mudanças, estar preparado para o enfrentamento do cotidiano".

Almeida e Sá (2013, p. 201) baseadas nos pensamentos de Zabala (1999) reforçam a necessidade de uma aprendizagem de conteúdos que possibilite produzir e construir o próprio conhecimento. Nesse sentido, as autoras também destacam que os discentes devem vivenciar situações que promovam a descoberta de seu próprio potencial.

Ainda segundo as autoras:

> A extensão também possui papel fundamental na formação profissional, contribuindo decisivamente para a constituição de uma universidade comprometida com sua missão social, de formar não apenas profissionais qualificados, mas cidadãos comprometidos com a sociedade na qual estão inseridos. (p. 201).

Para Silva e Kochhann (2018) a extensão tem uma participação no processo de formação uma vez que proporciona situações de profissionalidade e envolvimento com questões sociais.

> As atividades de extensão no processo formativo do estudante devem ser compreendidas enquanto processos de ensino e aprendizagem, tal como no ensino e na pesquisa. O envolvimento do estudante nas atividades de extensão pode proporcionar momento de profissionalidade e, principalmente, de envolvimento com as questões sociais da realidade concreta na relação entre universidade e sociedade. (p. 705)

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é destacada pelas autoras Almeida e Sá (2013, p. 202) como essencial para a formação plena do aluno, uma vez que esses três componentes devem ser trabalhados de forma contínua e articulada. Para as autoras, isso garante que o estudante não apenas absorva conhecimentos teóricos, mas também

desenvolva habilidades práticas e um senso crítico em relação aos problemas sociais, culturais e científicos.

Nesse sentido, Gonzatti, Dullius e Quartieri (2013) ressaltam também a contribuição da extensão universitária para a construção da autonomia, do autodesenvolvimento e da autoaprendizagem:

> Potencialmente, a extensão constitui um espaço de vivências, de construção da autonomia, de autodesenvolvimento, de autoaprendizagem e de processos individuais mediados pelas inter-relações com o outro e com o contexto. É um espaço-tempo privilegiado para construir teias entre realidade, vida, conhecimento e saber acadêmico, cujo processo-produto é a formação do estudante universitário. Segundo essa perspectiva, as experiências propiciadas nos diferentes lócus de ação da extensão universitária irão contribuir decisivamente para a formação dos estudantes, em diferentes aspectos: pessoal, social, comunitário e profissional. (p. 225)

No que tange a avaliação da extensão universitária, Silva e Kochhann (2018, p. 723) refletem que as ações precisam de acompanhamento. Segundo as autoras:

> As ações de extensão universitária no processo formativo do estudante precisam ser acompanhadas e avaliadas, para, na contradição do movimento real, possibilitar uma formação crítica e emancipadora que transforme o social (p. 715).

As autoras também reforçam que o acompanhamento e a avalição devem seguir os critérios definidos pelo FORPROEX, "primando por indissociabilidade, interdisciplinaridade, interprofissionalidade, produção acadêmica, dialogicidade, transformação social e impacto na formação do estudante" (p. 723).

1.3 A Função Social da Extensão Universitária

Embora exista vestígios de assistencialismo durante a história da Extensão Universitária, é possível verificar uma preocupação em inseri-la no processo de formação e na transformação da sociedade. É um desafio da Universidade formar cidadãos éticos que atuem de forma efetiva no processo de reestruturação da sociedade e promovam a transformação social.

Para Silva e Kochhann (2018, p.706) a extensão numa perspectiva acadêmica "rompe com a barreira do pragmatismo, do ativismo, da fragmentação, da manipulação, da unilateralidade e reconhece o ser enquanto ser histórico, promovendo a consciência crítica e a transformação".

Nesse contexto de transformação social, Adorno (2022) reflete sobre a urgência de desbarbarizar a humanidade:

> A desbarbarização da humanidade é o pressuposto imediato da sobrevivência. Este deve ser o objetivo da escola, por mais restritos que sejam seu alcance e suas possibilidades. E para isto ela precisa libertar-se dos tabus, sob cuja pressão se reproduz a barbárie. O pathos da escola hoje, a sua seriedade moral, está em que, no âmbito do existente, somente ela pode apontar para a desbarbarização da humanidade, na medida em que se conscientiza disto. (p. 126)

Para Gadotti (2017, p. 02) a criação do FORPROEX foi um ponto decisivo para que a Extensão Universitária fosse entendida "como um processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. Para o FORPROEX, a Extensão Universitária é 'uma via de mão-dupla' entre Universidade e sociedade. O saber acadêmico e o saber popular se reencontravam".

Segundo Almeida (2015, p. 62), inspirada em Paulo Freire, a universidade não deve se abster de vivenciar o mundo, mas deve se inserir nele de maneira ativa, ouvindo a sociedade, dialogando com ela e respondendo às suas necessidades. O papel da universidade é criar espaços de aprendizado onde o saber acadêmico não seja dissociado da realidade social, mas esteja sempre em interação com as questões do cotidiano das comunidades. Isso implica a criação de uma educação que se faça viva, que vá além da transferência de conhecimento técnico e se aproxime das experiências reais da vida das pessoas. Para a autora a extensão universitária é um dos principais espaços para que a universidade se conecte de maneira profunda com as demandas sociais, transcendendo os muros da academia.

Segundo Corrêa (2003), as ações de extensão devem ser orientadas de acordo com:

> A **relação social de impacto** entre universidade e outros setores da sociedade deve ser, antes de qualquer outro intensão, transformadora, ou seja, instrumento de mudança em busca de melhoria da qualidade de vida. A atuação haverá de ser deliberada, voltada para os interesses e necessidades da sua maioria da população, aliada a movimentos sociais de superação de desigualdades e exclusão e implementadora do desenvolvimento regional e de políticas públicas.
>
> A **bilateralidade** deve ser uma das características relação com outros setores da sociedade, em que a universidade há de construir uma associação não hegemônica (mas de interação com grupos sociais), bidirecional (de mão-dupla, de troca de saberes – popular e acadêmico), aplicando metodologias participativas e favorecendo, como consequência, a democratização do conhecimento, a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade e uma produção resultante do confronto com a realidade.
>
> A **interdisciplinaridade** pode ser caracterizada com interação de modelos e conceitos complementares, de material analítico e de metodologias, buscando uma consistência teórica e operacional que estruture o trabalho dos atores do processo de extensão. Frente à complexidade e dimensão das questões a serem abordadas, a interdisciplinaridade se impões como diretriz básica desse processo. A prática dessa interdisciplinaridade e da interação com outros setores sociais conduz à interprofissionalidade e à interinstitucionalidade. E, ainda, a uma das mais difíceis questões que a prática coloca no dia a dia, o desenvolvimento das relações interpessoais. Assim, a interação de modelos, conceitos, materiais e metodologias é construída na interação e inter-relação de instituições profissionais e pessoas.

> A **indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão** reafirma a extensão como processo acadêmicos e lhe justifica o adjetivo universitária: a princípio, nenhuma ação de extensão pode estar desvinculada do processo de formação e da geração de conhecimento. A participação do aluno nas atividades de extensão será mandatória, parte essencial de sua formação técnica e cidadã. Da mesma forma, são indispensáveis da extensão a investigação e a difusão de novos conhecimentos e o avança conceitual. (P. 13-14)

A integração da Universidade com outros setores da sociedade brasileira ganha maior destaque com a edição dos Planos Nacionais de Educação e com a promulgação da Lei 13005 de 25 de junho de 2014, que aprovou o PNE com vigência decenal e "reforçou o alcance social e político de sua missão essencial de construção e socialização de conhecimento científico". O autor ainda destaca que entre as diretrizes reafirmadas no PNE 2014-2024 consta "a busca da superação das desigualdades educacionais, a promoção da cidadania como elemento fundante para a consolidação de uma sociedade democrática, bem como a concepção da educação como perspectiva para superação de todas as formas de discriminação" (Miguel, 2023.p. 02).

Nesse mesmo contexto, Miguel (2023) ainda afirma:

> Compreende-se que somente uma universidade sintonizada com as peculiaridades de seu entorno, de sua comunidade, vivenciando as suas circunstâncias, sensível aos seus problemas, poderá conduzir os estudantes a uma nova postura frente aos problemas da realidade de modo a contribuir para sua transformação. (p.8)

Jantke e Caro (2013, p. 101) com base nas reflexões de Villar (2011) enfatizam que, em tempos de dificuldades econômicas e sociais, como o desemprego e a pobreza, a universidade tem a responsabilidade de oferecer uma educação que, além de técnica especializada, seja também crítica, reflexiva e comprometida com a transformação social, promovendo valores como justiça social, inclusão, cidadania e respeito à dignidade humana.

Em um cenário que reflete sobre a Educação e Emancipação, Adorno (2022, p.12) explica que "(...) o próprio processo que impõe a barbárie aos homens ao mesmo tempo constitui a base de sua sobrevivência. Eis aqui o nó a ser desatado". Para o autor, a teoria crítica busca revelar as raízes das práticas sociais e das ideologias predominantes, mostrando que elas não são naturais ou inevitáveis, mas resultado de processos históricos e sociais específicos. Ao fazer isso, a teoria crítica pretende abrir espaço para a transformação social, desafiando as condições existentes e promovendo alternativas mais justas e equitativas.

A falta de comprometimento com questões sociais graves cria uma distância entre a universidade, instituição social com função pública, e a sociedade, que tem a universidade como local de formação e construção de cidadania. (Deus, 2021, p.77). A autora também

reforça que a universidade deve valorizar o saber do senso comum e ouvir as demandas da sociedade:

> É evidente que a Universidade precisa (re)visitar seus processos de Pesquisa e de Ensino, valorizando os saberes do senso comum. A universidade não pode deixar de ver nem de ouvir as diferentes demandas da sociedade. Talvez seja possível dizer que a transformação é a essência da Extensão. (p. 77)

Como escreve Freire (2013, p. 84) uma educação genuína não é feita de A para B ou de A sobre B, é feita de A com B, mediada pelo mundo que desafia e desenvolve opiniões sobre ele. Para o autor, não se pode chegar aos grupos sociais pertencentes a um contexto social e impor conhecimento.

> Nosso papel não é falar ao povo sobre a nossa visão do mundo, ou tentar impô-la a ele, mas dialogar com ele sobre a sua e a nossa. Temos de estar convencidos de que a sua visão do mundo, que se manifesta nas várias formas de sua ação, reflete a sua situação no mundo, em que se constitui. A ação educativa e política não pode prescindir do conhecimento crítico dessa situação, sob pena de se fazer "bancária" ou de pregar no deserto. (Freire,2013. p.86-87)

Segundo a concepção inicial de educação de Adorno (2022, p.154):

> Evidentemente não a assim chamada modelagem de pessoas, porque não temos o direito de modelar pessoas a partir do seu exterior; mas também não a mera transmissão de conhecimentos, cuja característica de coisa morta já foi mais do que destacada, mas a produção de uma consciência verdadeira. Isto seria inclusive da maior importância política; sua idéia, se é permitido dizer assim, é uma exigência política.

Existe um vínculo entre a Universidade Brasileira e a luta, no campo político educacional, daqueles que almejam um espaço acadêmico que operem teorias e práticas transformadoras. Uma instituição que expresse diversidade de pensamentos e que no seu interior almeje, como princípios, novos paradigmas que envolvam respeito à ética, diversidade cultura e inclusão social; que envolva a sociedade como um todo e não apenas os grupos tradicionalmente privilegiados. (Miguel, 2023. p.40)

Segundo Adorno (2022, p.73) ninguém pode ser recriminado por ser o que é, mas é necessária uma emancipação dos que desejam ensinar ao invés de reproduzir o que é considerado culto. Como escreve o autor: "A divergência persistente entre a cidade e o campo, a não formação cultural do agrário, cujas tradições são declinantes e irrecuperáveis, é uma das figuras em que a barbárie se perpetua" (p. 73). Ainda segundo o autor,

> O indivíduo só se emancipa quando se liberta do imediatismo de relações que de maneira alguma são naturais, mas constituem meramente resíduos de um desenvolvimento histórico já superado, de um morto que nem ao menos sabe de si mesmo que está morto. (p. 73)

Freire (2001, p. 69) reforça que a educação não é somente transferência de saber. Para o autor, a educação é diálogo e comunicação, um encontro de pessoas que buscam significação.

> O que se aprende parte do interesse e o interesse é um projeto político, um projeto de vida, um processo de transformação da sociedade. Dessa forma, repensar a extensão enquanto atividade acadêmica significa colocá-la ao lado do ensino e da pesquisa, significa entendê-la como instrumento que vai possibilitar a democratização do conhecimento produzido e ensinado na universidade. Ao mesmo tempo, que procura responder às demandas societárias, a extensão mais do que nunca se constitui em uma forma privilegiada de formação profissional, na qual o aluno tem a possibilidade de adquirir conhecimento na realidade social e não tornar-se um profissional aquém da realidade social e demandas de seu tempo. Dessa forma, a extensão apresenta-se como espaço privilegiado de aprendizagem e interação com o mundo de hoje e seu tempo presente. (Almeida, 2015, p.64)

Junto com o ensino e a pesquisa, a extensão é uma das dimensões que consolida o compromisso das universidades com a formação integral do estudante, conectando a academia com as necessidades da sociedade. A Extensão Universitária é o diálogo e a comunicação que articula o conhecimento produzido dentro da Universidade, que está vinculado ao ensino e a pesquisa, com a sociedade e, através da troca de conhecimento, possibilita a transformação social. Além disso, também promove o debate com a sociedade e permite ao estudante da Universidade uma maior aproximação com outras realidades que contribuem com a sua formação. Nesse sentido, Miguel (2023) reforça:

> Fazer valer o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, tomado como elemento fundante para a consolidação da universidade democrática, implica estabelecer entre a academia e a sociedade uma interdependência profícua, sustentada por ensino de qualidade, pesquisas relevantes e extensão com impacto social, articulados em processo dinâmico de intercomunicação dos diferentes programas, projetos e redes temáticas de socialização de conhecimento, integrando a universidade e os movimentos sociais e populares. (p. 11)

Freire (2001, p.66) reforça a importância da troca de diálogo. Para o autor não se pode pensar sozinho, a participação dos sujeitos no ato de pensar leva à comunicação:

> O sujeito pensante não pode pensar sozinho; não pode pensar sem a co-participação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto. Não há um "penso", mas um "pensamos". E o "pensamos" que estabelece o "penso" e não o contrário.
>
> Esta co-participação dos sujeitos no ato de pensar se dá na comunicação. O objeto, por isto mesmo, não é a incidência terminativa do pensamento de um sujeito, mas o mediatizador da comunicação.

Silva (2013, p.112) enfatiza a importância da extensão universitária como uma prática que vai além do ensino e da pesquisa, assumindo um papel fundamental na democratização do conhecimento e na transformação social.

> A extensão deve promover a universidade como bem público, democratizando-a de dentro para fora. Significa concebê-la e realizá-la a partir de uma relação interativa e solidária (e não unilateral e distante) com a sociedade, ampliando as zonas de contato e intensificando a interatividade, a inserção e as relações de cooperação solidária. Ao emergir da inserção e do compromisso social, a extensão acaba por transformar a sociedade na mesma medida em que transforma a si mesma.

De acordo com o Decreto-Lei nº 252/1967, Art. 10, "A Universidade, em sua missão educativa, deverá estender à comunidade, sob a forma de cursos e serviços, as atividades de ensino e pesquisa que lhe são inerentes."

A extensão deve promover a universidade como bem público, democratizando-a de dentro para fora. Significa concebê-la e realizá-la a partir de uma relação interativa e solidária (e não unilateral e distante) com a sociedade, ampliando as zonas de contato e intensificando a interatividade, a inserção e as relações de cooperação solidária. Ao emergir da inserção e do compromisso social, a extensão acaba por transformar a sociedade na mesma medida em que transforma a si mesma.

Uma educação popular afronta o projeto educacional dominante, e, portanto, pode ser adotada em contextos variados. No campo da Inclusão em Educação, a Extensão Universitária pode se tornar um importante meio de formação tanto para os participantes da Universidade quanto para os membros da comunidade envolvida.

Tomelin *et al* (2018, p. 97) explicam que o processo de inclusão é um processo complexo e é necessário ações transformadoras que levem a conscientização do direito de todos à educação. Assim, para que ocorra a inclusão, é importante também que toda a comunidade acadêmica esteja envolvida. As autoras ainda escrevem:

> Para uma inclusão efetiva na educação em todos os graus, além das leis que garantem a permanência do aluno no ensino regular, é necessária a mudança de comportamento de toda comunidade acadêmica e a convivência na diversidade, que contribui para o aprendizado individual e para uma concepção de respeito às diferenças. (TOMELIN *et a*l, 2018, p.97).

De acordo com Serra (2008, p.32) a inclusão educacional refere-se ao "direito à educação, comum à todas as pessoas e direito de receber a educação, sempre que possível, junto com as demais pessoas nas escolas regulares".

Nesse contexto, considerando a Universidade como um espaço promotor de conhecimento que está mudando para atender as demandas referentes à inclusão e levando em

conta que a Universidade deve manter relação com a sociedade ao seu redor, é importante discutir como as Instituições de Ensino Superior tem trabalhado a questão da Inclusão em Educação com a comunidade.

> "Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda a possiblidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas para participar de práticas com ela coerente". Paulo Freire

2 OS PROJETOS DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO RIO DE JANEIRO: EXPERIÊNCIAS INCLUSIVAS

2.1 Inclusão em Educação: Culturas e Políticas

A inclusão está cada vez mais inserida no contexto social atual objetivando equidade entre grupos excluídos. Como escreve Almeida (2016):

> A inclusão tem se configurado como diretriz das relações sociais contemporâneas. Isso se deve principalmente, em virtude do perfil das atuais sociedades capitalistas alicerçadas, sobretudo, na marginalização e exclusão das diferenças sociais. Neste cenário, a concepção inclusiva surge como caminho para superação de antigos desafios, sendo a educação sua aliada mais importante. (p.41)

Para Ainscow (2020, p. 129), promover equidade e inclusão não é simplesmente uma mudança técnica ou organizacional, trata-se de um movimento filosófico. A transição para formas de trabalho mais inclusivas exige mudanças em todo um sistema educativo. Estas mudanças variam desde valores e formas de pensar dos políticos até mudanças significativas nas escolas e nas comunidades que estas servem.

Nesse sentido, Santos e Paulino (2008, p. 14) reforçam o poder de decisão que deve pertencer a todos nós, alunos, professores, família, coordenadores pedagógicos, comunidade, diretores, técnicos-administrativos. Todos deverão participar do processo de decisão na escola.

> Se esta relação hierárquica (onde um decide e os outros obedecem) não começar a ser desconstruída no ambiente escolar não conseguiremos viver em uma *democracia plena*, pois o participar precisa ser um hábito. Não adianta, por exemplo, falarmos de participação nas épocas eleitorais se na nossa escola nunca soubemos o quanto nosso papel é importante, porque as decisões sempre foram tomada *para nós* (mas nem sempre *por nós*). (Santos e Paulino, p. 14 e 15)

Também nesse contexto Santos e Ogasawara (2021, p. 69, 70) ressaltam, com base em Adorno (1995), que a construção de valores deve ser iniciada na infância, mas destacam que uma educação que possibilite essa construção depende de uma política educacional coletiva assumida pelo indivíduo, pela sociedade, professores, gestores, pais e toda a comunidade com o compromisso de garantir uma formação baseada na autorreflexão crítica e não arriscar em impor valores em fases posteriores de difícil assimilação para pessoas marcadas por traumas

muitas vezes resultantes de preconceitos que podem impedir a propagação desses valores.

Diante de um cenário com políticas que buscam a inclusão do público da educação especial, é necessário refletir sobre a construção de uma educação democrática, como relata Reis (2015):

> O crescente número de matrículas de estudantes público-alvo da educação especial no Ensino Superior tem provocado a Academia, por conseguinte inúmeros autores e pesquisadores, ao enfrentamento dos desafios presentes nesse processo, sobretudo, a necessidade de se originar/constituir uma Universidade mais democrática e plural. (p. 01)

De acordo com Santos (2003) a inclusão não é uma proposta aonde se quer chegar e nem tão pouco a inserção de pessoas com deficiência em um ambiente em que normalmente tem sido privado, não se limita à algumas áreas da vida. A inclusão tem como foco estar presente em todas as áreas da vida humana e no campo da educação, a inclusão reforça o princípio da educação de qualidade para todos:

> Inclusão não é a proposta de um estado ao qual se quer chegar. Também não se resume na simples inserção de pessoas deficientes no mundo do qual têm sido geralmente privados. 0Inclusão é um processo que reitera princípios democráticos de participação social plena. Neste sentido, a inclusão não se resume a uma ou algumas áreas da vida humana, como, por exemplo, saúde, lazer ou educação. Ela é uma luta, um movimento que tem por essência estar presente em todas as áreas da vida humana, inclusive a educacional. Inclusão se refere, portanto, a todos os esforços no sentido da garantia da participação máxima de qualquer cidadão em qualquer arena da sociedade em que viva, à qual ele tem direito, e sobre a qual ele tem deveres. (p. 81)

O conceito de Inclusão em Educação, segundo Rodrigues (2006), pressupõe rejeitar antes de tudo a exclusão de qualquer aluno da comunidade escolar e a partir disso a escola que visa seguir uma política de Educação Inclusiva elabora políticas, culturas e práticas que reconheçam a participação de cada aluno na construção do conhecimento, atingindo assim uma qualidade acadêmica e sociocultural sem discriminação. (p. 301 e 302)

Aguiar e Queiroz (2020) definem a inclusão como uma mudança de olhar sobre alguém ou alguma coisa além da valorização do diferente, de acordo com os autores:

> Inclusão é ressignificar os olhares que temos sobre alguém ou alguma coisa; é valorizar a diversidade, sendo ela o fio condutor para modificar processos educativos que mobilizam atitudes criadoras, e, assim impulsionam o viver e o aprender com o outro como elementos indispensáveis. Isso é riquíssimo para uma educação que não exclui o diferente, mas que, por meio da diferença, acolhe, respeita e transforma vidas. (p. 351, 352)

Para Santos e Paulino (2008) incluir não é nivelar e sim valorizar as diferenças sem pensar em aluno padrão; cada aluno deve ser valorizado pelo que é, e o processo de aprendizagem deve levar em consideração as diferenças. (p. 12 e 13)

De acordo com Serra (2008), promover a inclusão de pessoas com deficiência significa uma mudança de postura e de olhar; requer uma reformulação do sistema de ensino para que se tenha avanços para uma educação de qualidade que possibilite acesso, atendimento adequado e permanência para todos os alunos independente das diferenças e necessidades. (p. 33)

É necessário um outro olhar para os atuais modelos de educação, escola, sujeito, currículo, segundo Corrêa e Stauffer (2008, p. 125). Como explanam as autoras, com esse olhar diferenciado será possível a construção de uma educação de qualidade. Ainda segundo as autoras, documentos como a Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente, Declaração de Salamanca, entre outros, apontam para o direito de todos terem direito, mas a dificuldade de lidar com a diversidade distancia a efetivação desses direitos. (p.125).

Nesse cenário, Fogli, Filho e Oliveira (2018, p. 118, 119) concluem que incluir vai além da inserção de uma pessoa em ambientes de educação, lazer e trabalho; implica em acolher independente de suas características e aceitar que as pessoas são únicas, diferentes umas das outras, e por isso não devem ser categorizadas.

Santos (2003) destaca que para o senso comum a inclusão é associada apenas à deficiência e reforça que ao falarmos em Inclusão em Educação estamos falando de qualquer aluno:

> No entanto, é preciso frisar que quando falamos em inclusão em educação, estamos querendo dizer que, potencialmente, qualquer aluno, de qualquer nível de ensino, que esteja sem se beneficiar, seja por que motivo for, do processo educacional, fica em situação de exclusão. Em outras palavras: todos os esforços educacionais precisam ser feitos, tanto para evitar que alunos em risco de serem excluídos o sejam, quanto para promover a inclusão daqueles que já foram excluídos alguma vez. (p. 85)

Damasceno e Cruz (2021), reforçam a necessidade de abandonar as práticas excludentes e segregadoras e ressaltam que tal pauta tem sido muito debatida como mostram as plataformas virtuais através de teses, dissertações e periódicos. Os autores ainda destacam outros desafios:

> Com isso, partindo da perspectiva da inclusão em educação, acreditamos que esta estabeleça uma nova forma de compreender as dificuldades educacionais na contemporaneidade, onde o desafio não se encontra estereotipado no estudante, mas em uma instância maior, ou seja, a organização e modo de funcionamento da escola, da atuação docente, da relação com a comunidade e de seus agentes externos (p. 75)

Santos (2008, p. 24) se refere à inclusão escolar como forma de construção de todas as possibilidades possíveis de diminuir o processo de exclusão, potencializando a participação

do aluno no processo educativo e produzindo uma educação consciente para todos, considerando quaisquer que sejam as origens e barreiras para o processo de aprendizagem.

> O currículo pensado nesta ótica da diversidade não necessita de adaptações, pois ele será pensado de acordo com o modo de aprender do aluno, prevendo a necessidade de todas as pessoas. Os alunos são vistos como sujeitos construtores do currículo, e não como objetos do mesmo. Criar condições de permanência nesta perspectiva implica refletir de forma crítica sobre o papel da educação, do projeto da escola, do sistema de avaliação etc. (Fogli, Filho e Oliveira, 2008, p.114)

Para Magalhães (2022, p. 44), a educação superior no Brasil foi construída de maneira excludente e elitista, privilegiando grupos específicos, mas ao longo dos últimos anos tanto a educação básica quanto a educação superior têm apresentado grandes transformações que tiveram início a partir da década de 1990 com o investimento dos governos em políticas inclusivas de educação, o que possibilitou gerar ambientes mais democráticos e acessíveis à diversidade.

A partir dessas leis e dispositivos, as Universidades têm desenvolvido ações para a inclusão do público[1] da educação especial. No período de 2005 até 2011 já se observava a participação das Instituições de Ensino Superior em editais visando a obtenção de recursos financeiros para a criação ou reestruturação dos Núcleos de Acessibilidade, conforme relata Damasceno (2019, p.13).

Nesse caminho, é importante destacar a relevância do Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir):

> Criado em 2005, o Programa Incluir - acessibilidade na educação superior foi implementado até 2011, por meio de Chamadas Públicas, realizadas pela SEESP e SESU, por meio das quais, as IFES apresentaram projetos de criação e consolidação dos Núcleos de Acessibilidade, visando eliminar barreiras físicas, pedagógicas, nas comunicações e informações, nos ambientes, instalações, equipamentos e materiais didáticos. (Brasil, 2013. p.13)

Entre os anos 2005 e 2010 os editais do Programa Incluir eram voltados para ações de acessibilidade nas áreas de adequação arquitetônica ou estrutural de espaço físico da instituição, adequação de sanitários, alargamento de portas e vias de acesso, construção de rampas, instalação de corrimão e colocação de sinalização tátil e visual, aquisição de mobiliário acessível e recursos de tecnologia assistiva, formação de profissionais para o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas. (Brasil, 2013. p.14)

[1] Embora na Política Nacional de Educação Especial de 2008 se use a expressão público-alvo e considerando que as pessoas com deficiência preferem ser identificadas como público da educação especial, assim denominaremos nessa pesquisa.

Por meio da SECADI e da SESu, a partir de 2012 o MEC ampara-se nos projetos das Instituições de Ensino Superior com auxílio de recurso financeiro previsto na matriz orçamentária da instituição, visando institucionalizar ações de política de acessibilidade no ensino superior através dos Núcleos de Acessibilidade que deveriam se organizar de acordo com os eixos: infraestrutura; currículo, comunicação e informação; programas de extensão e programas de pesquisa. (Brasil, 2013. p.13)

Nesse cenário, as ações desenvolvidas através da Extensão Universitária podem contribuir para diminuir ou até mesmo eliminar essas demandas.

A seguir, serão analisadas as experiências inclusivas desenvolvidas pelas Universidades UERJ, UNIRIO, UFF, UFRJ e UFRRJ, a partir dos projetos de extensão, realizados durante o período 2016-2023, bem como a perspectiva em relação à Extensão Universitária e às políticas de inclusão do público da educação especial adotadas pelas instituições. Essas análises levaram em consideração as informações contidas no Projeto de Desenvolvimento Institucional dessas instituições, vigentes durante esse período, e os documentos e informações disponibilizados nos sites das instituições.

Os projetos de extensão relacionados foram selecionados a partir de buscas nos sites das Universidades considerando: ano: 2016-2023, natureza: projeto e área temática: educação.

Para escolha do período 2016-2023 foi considerada a publicação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei 13146 de 06 de julho de 2015, que segundo seu artigo art. 1º:

> É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a
> assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

De acordo com Rocha e Oliveira (2022, p. 03) a LBI, ao garantir uma série de direitos, promoveu avanços significativos, especialmente no que diz respeito à inclusão de pessoas com deficiência em espaços que antes eram exclusivos para pessoas sem deficiência, como escolas e outros locais públicos. Ainda de acordo com os autores “a LBI apresenta a pessoa com deficiência sobre o viés da independência, da autonomia e do respeito as suas escolhas, não reduzindo-a a uma questão meramente clínica e patologizante” (p. 03).

Importante destacar que foram avaliadas as ações relacionadas ao público da educação especial. De acordo com Brasil (2008):

> A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir:

> acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (p. 14)

Com base na Política Nacional de Educação Especiais (2020), o público da educação especial é definido da seguinte forma:

> I – educandos com deficiência, conforme definido pela Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência (p. 56)
>
> II – educandos com transtornos globais do desenvolvimento, incluídos os educados com transtorno do espectro autista, conforme definido pela Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. (p. 59)
>
> III - educandos com altas habilidades ou superdotação que apresentem desenvolvimento ou potencial elevado em qualquer área de domínio, isolada ou combinada, criatividade e envolvimento com as atividades escolares. (p. 60)

Segundo a Lei 13.146/2015, são consideradas pessoas com deficiência:

> Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

De acordo com a Lei 12.764/2012, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista as pessoas portadoras de síndrome clínica caracterizada conforme incisos I ou II do art. 1º:

> I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;
> II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

2.2 Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Segundo o Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI)[2] da UERJ (2015, p.05), a instituição é a Universidade brasileira com maior número de projetos de interação com a sociedade.

Para a Universidade, é possível, através das ações de extensão, discutir e propor soluções aos problemas regionais e nacionais, oferecendo conhecimento e recursos associados à redução da desigualdade social (PDI, 2015, p.67).

Entre as metas e ações descritas no PDI 2015[3] consta o fortalecimento da política de extensão vigente e a expansão do número e alcance das atividades desenvolvidas e a consolidação dos projetos já existentes, assegurando a qualidade técnica e ética e corroborando com sua inserção social "extramuros". (p. 68,69)

> Concomitantemente à busca de excelência nas três funções básicas a que se destina (ensino, pesquisa e extensão), a UERJ tem feito um esforço conjunto para que sua agenda priorize os temas relevantes e de interesse da sociedade fluminense. Isso significa atuar nas diferentes áreas de conhecimento diretamente associadas às demandas da sociedade e do Estado (p. 176)

No contexto da inclusão, a Universidade procura manter qualidade e equidade no atendimento à pessoa com necessidades especiais através do Programa Rompendo Barreiras e almeja se transformar num pólo de educação que espalhe exemplos de inclusão (p. 30,31)

Em função de um período afetado por adversidades como questões financeiras e a pandemia de Covid-2019, a atualização do PDI demorou quase dez anos. Um novo documento está em fase de elaboração. A primeira parte já está finalizada e a segunda etapa deverá ser debatida durante o ano de 2024.

A primeira parte do novo documento reforça o objetivo da Instituição em se consolidar como referência no ensino, na pesquisa e na extensão. (p. 53).

Segundo o PDI 2023:

> A extensão e a cultura contemplam a diversidade científica, tecnológica e cultural propiciando o diálogo de saberes e de opiniões, democratizando o acesso aos espaços, equipamentos e bens da universidade, aproximando-a de outros movimentos, instituições e espaços sociais. (p.73)

Dentre as ações de extensão desenvolvidos, no período 2016-2023, pela Instituição foi possível identificar na página institucional os projetos de extensão relacionados quadro 01:

[2] < https://www.uerj.br/a-uerj/a-universidade/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi-2023/>
[3] < https://www.uerj.br/a-uerj/a-universidade/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi-2023/>

Quadro 01: Projetos de Extensão UERJ

PROJETO	PÚBLICO-ALVO	ANO
Educação Inclusiva: constituindo o Ensino Colaborativo na Baixada Fluminense.	Docentes do atendimento educacional especializado e de núcleo comum e profissionais da educação da Baixada Fluminense	2016
Inclusão e Diversidade Humana: Vivenciando linguagens	Professores da rede pública de ensino e privada e também nos cursos de Pedagogia e Licenciaturas	2016
Fórum Permanente de Educação Inclusiva	Comunidade interna e externa	2016 2017 2018 2019 2020 2021 2022 2023
Geografia às cegas: adaptação dos conceitos geográficos aos alunos com deficiência visual do ensino fundamental	Licenciandos e bacharéis em Geografia	2016 2017 2018 2021 2022
Os efeitos da Terapia Assistida por Cães no Desenvolvimento Global de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista	Crianças e adolescentes com Autismo	2016 2017 2018 2019 2020 2021 2022 2023
Recursos e materiais para o ensino de português para alunos surdos	Alunos surdos	2016 2017 2018 2019 2020 2021 2022 2023
Programa Rompendo Barreiras: luta pela inclusão	Graduandos das Licenciaturas e do Curso de Pedagogia da UERJ e de outras Instituições, profissionais das redes públicas de ensino responsáveis pelo Atendimento Educacional Especializado - AEE de alunos com DV	2016 2017 2018
Oficina Pedagógica de Matemática para Alunos Surdos	Estudantes com deficiência (surdos se incluem) e a estudantes com transtornos globais do desenvolvimento (pessoas com autismo se incluem)	2016 2017 2021

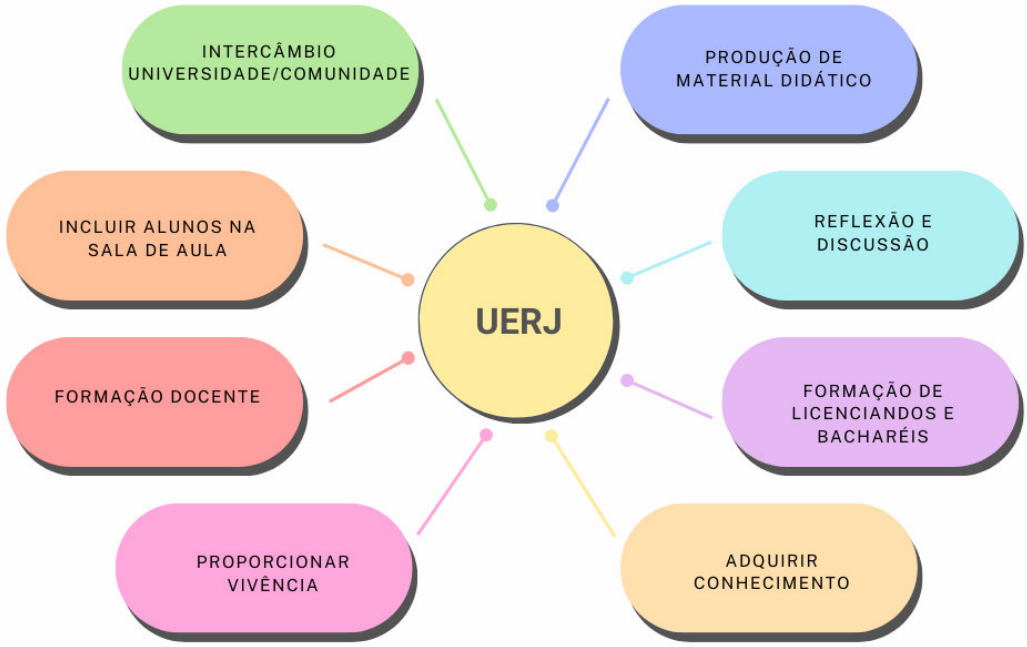
Projeto de leitura e escrita em Língua Portuguesa para surdos como segunda língua	Jovens surdos estudantes do ensino fundamental, médio e superior	2017
Jogos de temporalidades inconciliáveis para a educação de surdos	Licenciandos em artes da UERJ e os professores de artes do INES	2017 2018 2019 2020 2021 2022
Observatório de políticas públicas em educação especial dos municípios do estado do rio de janeiro	Gestores Municipais de Educação Especial	2017 2018 2020 2021 2022 2023
O ensino inclusivo de geografia – um olhar para os alunos cegos e com baixa-visão	Alunos especiais alocados em turmas regulares	2017 2018 2019 2020 2021 2022 2023
Desenvolvimento de Jogos Educativos de Química para Deficientes Visuais	Licenciandos em química	2018 2019 2020 2021 2022 2023
Educação de Surdos na Baixada Fluminense: sinais periféricos	Comunidade interna e externa a FEBF	2018
Formação inicial e continuada de professores: o ensino colaborativo/bidocência e o uso da tecnologia assistiva e comunicação alternativa na educação básica	Professores em formação inicial e continuada	2018 2019 2020 2021 2022 2023
Projeto Audioteca	Pessoas com cegueira, baixa visão, surdez, com problemas motores ou dislexia das comunidades interna e externa da UERJ	2018
Projeto de leitura e escrita em Língua Portuguesa para surdos como segunda língua	Jovens surdos estudantes do ensino fundamental, médio e superior	2018 2020
Educação Inclusiva e vivência universitária: uma proposta para estudantes com deficiência intelectual e/ou autismo	Pessoas com deficiência intelectual e/ou transtorno do espectro autista (TEA) que cursam ou já concluíram o Ensino Médio	2019 2020 2023
Formação inicial e continuada de professores em tecnologia assistiva/comunicação alternativa:	Professores em formação inicial e continuada	2019 2020 2021

a interlocução da academia com a escola		2022 2023
Projeto Semeando LIBRAS	Familiares de pessoas surdas e a comunidade externa e interna da UERJ	2019 2020 2021
Acessibilidade e usabilidade cultural na UERJ. Tornando acessível o material gráfico no departamento cultural	Pessoas com deficiência visual, física e intelectual	2020 2021 2022 2023
Alfabetização e letramento para estudantes com deficiência intelectual com ênfase no Plano Educacional Individualizado	Docente	2020 2021 2022
Inclusão e Diversidade Humana: Vivenciando linguagens	Professores	2020
Laboratório de Design de Tecnologia Assistiva - LDTA-ESDI	Comunidade interna	2020
Matemática Inclusiva e o Letramento nos Anos Inicias	Alunos da SEM	2020
Quem não se comunica se trumbica: formação de graduandos de Pedagogia em Comunicação Alternativa	Graduandos em Pedagogia da UERJ	2021
FEBF com o Rompendo Barreiras: Práticas Colaborativas no Atendimento Acadêmico Especializado	Comunidade interna e externa	2022 2023
Formação em Estratégias, Habilidades Sociais e Cuidados para Crianças e Jovens com Necessidades Educacionais Especiais nos Espaços Escolares	Profissionais de apoio escolar	2022
Lendo as letras e lendo o mundo: buscando caminhos para a alfabetização de alunos com deficiência	Docentes	2022
(OBTEA) - Observatório Fluminense do Autismo: ações coletivas, educação inclusiva e linguagem	Docentes	2022
Acessibilidade para Inclusão de Todos: rede UERJ de colaboradores internos e externo (ApIT-Reduerj)	Comunidade interna	2023
Planejamento para Acessibilidade na Avaliação do desempenho escolar de alunos Público-alvo da Educação Especial	Professores em formação inicial e continuada	2023

Fonte: Elaborada pela autora, 2024

Os principais objetivos dos Projetos de Extensão desenvolvidos pela UERJ estão indicados no gráfico 01 a seguir:

Gráfico 1: Principais objetivos dos Projetos de Extensão UERJ

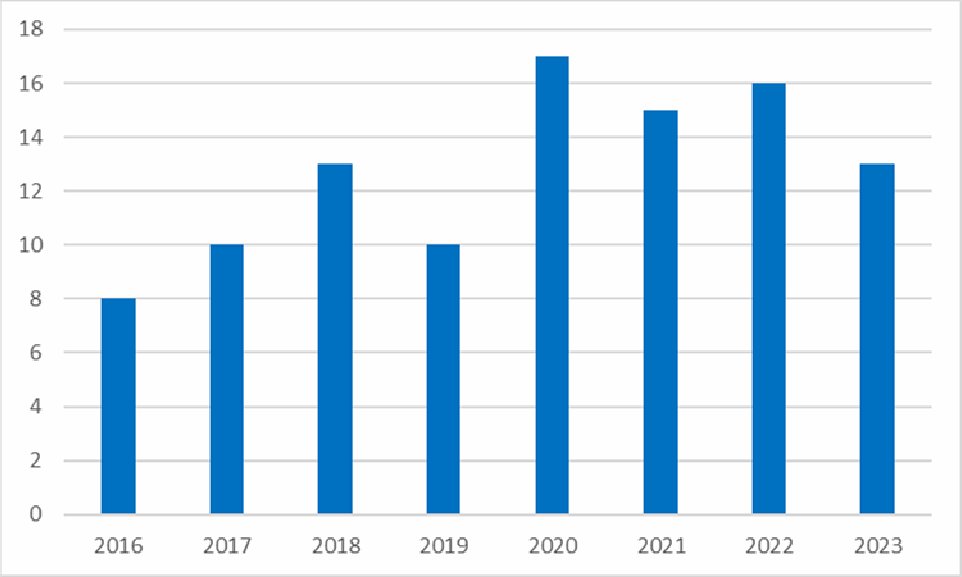


Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Os projetos de extensão foram realizados em conjunto com o Instituto Nacional de Educação de Surdo (INES), Instituto Benjamin Constant, Prefeitura de São Gonçalo, Prefeitura de Belford Roxo, Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues Silveira, Colégio Pedro II (São Cristóvão) e a comunidade interna e externa da UERJ.

No gráfico 02, apresentado a seguir, é possível acompanhar o desempenho da Universidade no que diz respeito à produção de projetos voltados para a área de inclusão do público da educação especial.

Gráfico 02: Projetos de Extensão UERJ



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

2.3 Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

O PDI 2017-2021[4] da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro ressalta que a Extensão Universitária é um espaço de construção do conhecimento, de preservação, recriação da cultura e promoção de bem-estar associado as demandas da sociedade. (p. 31)

Entre os objetivos da Universidade, definidos no Estatuto, consta "expandir o diálogo com a sociedade por meio de projetos, programas e cursos de extensão universitária, promovendo o intercâmbio entre saberes eruditos e populares como base da construção de um conhecimento acadêmico plural e socialmente referenciado" (p.77).

Sobre as diretrizes da Extensão Universitária, o documento cita a diretriz Impacto e Transformação Social que ratifica a Extensão Universitária como um meio de se relacionar com a sociedade:

> O mecanismo por meio do qual se estabelece a inter-relação da Universidade com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população, para o aprimoramento das políticas públicas e propiciadora do desenvolvimento social e regional. (p.95).

O PDI 2022-2026[5] reforça as diretrizes apresentadas no documento anterior, com destaque para a importância da Extensão Universitária para a formação dos estudantes ao possibilitar experiências com diferentes grupos sociais:

[4] <https://www.unirio.br/copladi/pdi>

> As atividades de Extensão Universitária constituem também aportes decisivos à formação do estudante, seja pela ampliação do universo de referência que ocasionam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas que possibilitam. Esses resultados permitem o enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos. Ao mesmo tempo, a experiência com grupamentos sociais diversos daquele de onde provém o estudante abre-lhe oportunidades para a compreensão mais aprofundada dos dilemas e contradições da sociedade brasileira e promove a necessária reflexão sobre os compromissos éticos inerentes à oportunidade de acesso ao ensino superior de excelência. (p.163)

Em relação a inclusão educacional, o PDI 2017-2021 traz entre os objetivos: "garantir o acesso e permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais, fortalecendo, dessa forma, a política de inclusão educacional" (p.77).

O documento também reforça que a inclusão educacional traz o desafio de quebrar padrões e a Universidade não pode ficar fora dessa discussão, pois o que se busca são processos educacionais mais justos e democráticos. (p. 102)

As ações referentes à Educação Inclusiva são intensificadas no documento atual e são essenciais para que a Universidade desempenhe a função social e assegure a igualdade no acesso ao conhecimento, admitindo que novas demandas surgirão:

> Assim sendo, além das propostas de ações elencadas neste PDI, é importante que o NAI e a comunidade acadêmica estejam atentos e abertos a novas demandas que sempre surgirão, priorizando a valorização das diferenças e a possibilidade de um caminho de aprendizagem que seja adequado e que promova igualdade de condições aos estudantes com deficiências com os demais discentes. A intensificação das ações voltadas à acessibilidade e inclusão, em conformidade com os dispositivos previstos em lei (Lei Brasileira de Inclusão – LBI), é fundamental para que a Universidade realize de forma plena a sua função social e garanta, assim, questões de equidade no acesso ao conhecimento e promoção da cidadania. (p.304)

Os projetos de extensão, voltados para temática de inclusão do público da educação especial, localizados no site da UNIRIO e realizados no período 2016-2023 estão listados no quadro 02:

Quadro 02: Projetos de Extensão UNIRIO

PROJETO	PÚBLICO-ALVO	ANO
O ensino de Matemática para uma educação inclusiva Centro de Ciências Exatas e Tecnologia	Docentes	2018
Elaboração de recursos didáticos para a inclusão no ensino de botânica	Docentes	2018
Projeto ledor amigo – PLÁ	Pessoas com deficiência visual	2019 2020

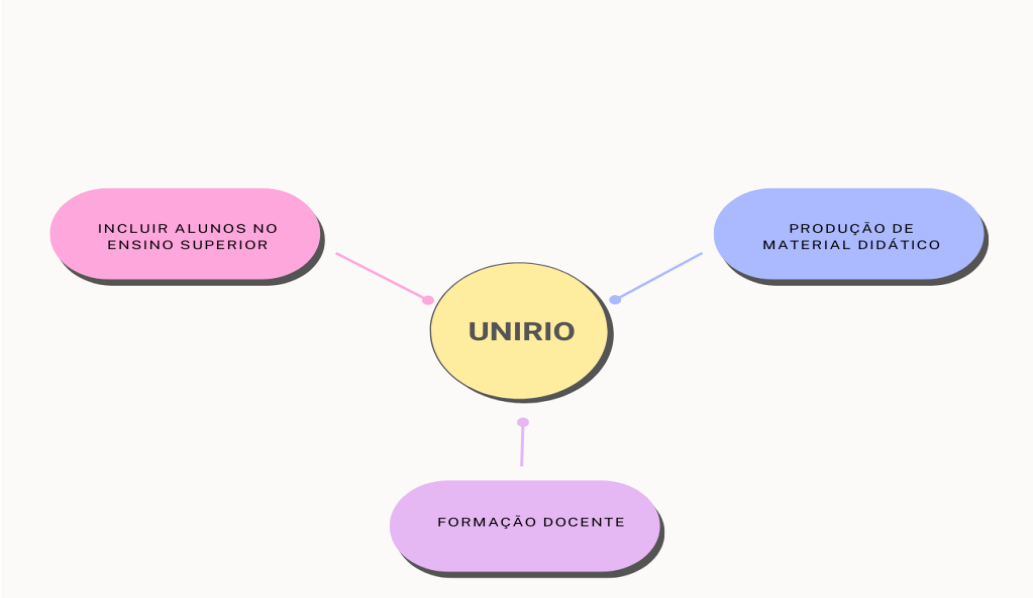
[5] < https://www.unirio.br/copladi/pasta-paginas/plano-de-desenvolvimento-institucional-2022-2026>

Ações educativas inclusivas do Jardim Didático da Unirio Centro de Ciências Biológicas e da Saúde	Deficientes visual, autistas, pessoas com paralisia cerebral, síndrome de Down, entre outras	2020
Acessibilidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência nas Bibliotecas Populares do Município de Niterói (RJ).	Pessoa com deficiência	2023

Fonte: Elaborada pela autora, 2024

O gráfico a seguir ilustra os principais objetivos dos Projetos de Extensão analisados:

Gráfico 3: Principais objetivos dos Projetos de Extensão UNIRIO

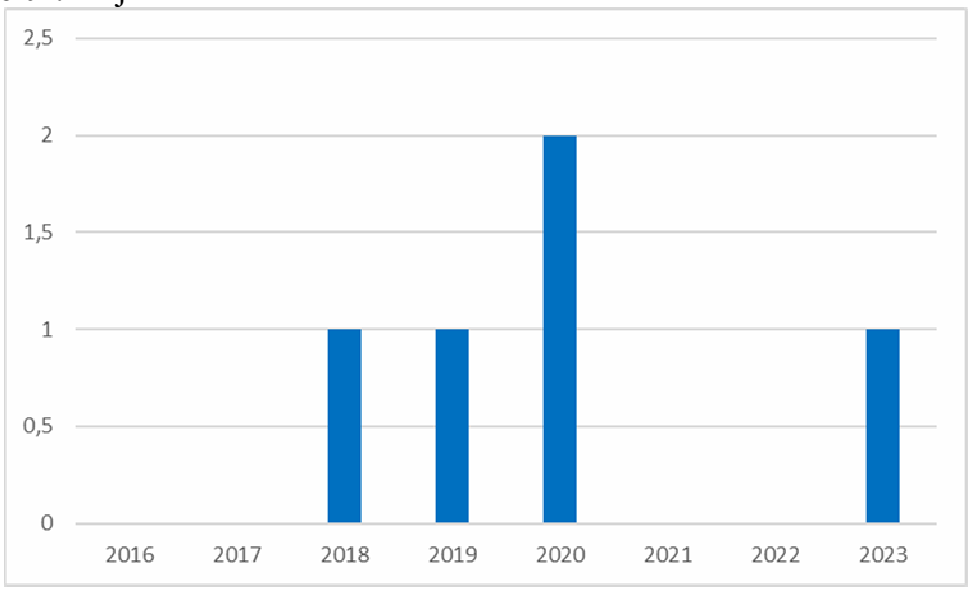


Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

As experiências inclusivas foram realizadas em parceria com Instituto Benjamin Constant (IBC), Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), Bibliotecas Populares do Município de Niterói (RJ) e setores da própria Universidade.

O desempenho da Universidade, no que diz respeito à produção de projetos voltados para a área de inclusão do público da educação especial, pode ser verificado no gráfico 04:

Gráfico 04: Projetos de Extensão UNIRIO



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

2.4 Universidade Federal Fluminense

A Universidade Federal Fluminense defende uma política de extensão baseada no Plano Nacional de Extensão. Em seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2022[6], a instituição recomenda a extensão para formação e construção do conhecimento dos estudantes, integrada com a sociedade e mediada por uma relação de desenvolvimento recíproco. De acordo com o documento:

> Essa integração se dá por meio de programas estruturantes capazes de gerar desenvolvimento social e comprometimento com os espaços geográficos nos quais a Universidade atua, mantendo o compromisso básico com a educação e a formação de pessoal. (p.27)

Outro ponto apresentado no PDI 2018-2022 destaca que deverão estar presente nas ações de extensão as diretrizes fixadas pela Política Nacional de Extensão Universitária, são elas: Interação Dialógica, Interdisciplinaridade e interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão e Impacto na formação do estudante. (p. 43 e 44)

O atual PDI 2023-2027[7] reforça a responsabilidade social da Universidade e a política que dialoga com a sociedade, ainda mantendo um comprometimento com a educação e a formação (p.166)

[6] < http://pdi.sites.uff.br/pdis-da-uff/>
[7] http://pdi.sites.uff.br/pdis-da-uff/

> Em um mundo em constante transformação, no qual se privilegia a diversidade de saberes, e quando se reconhece o imobilismo do conhecimento acadêmico (técnicocientífico) no que tange à promoção da transformação social e quando, ao mesmo tempo, se reconhece o protagonismo dos atores e dos organismos sociais enquanto sujeitos históricos capazes de promover a mudança da sociedade, a universidade deve procurar articular o conhecimento acadêmico com o conhecimento popular, absorvendo da sociedade o conhecimento secular ali produzido e reproduzido para ressignificar o conhecimento acadêmico na direção de uma atuação conjunta - universidade e sociedade - visando à transformação social. (p.166 e 167)

Para a Universidade, a extensão é a principal forma de estabelecer um elo com a sociedade e possibilitar um encontro entre os múltiplos saberes da comunidade com o conhecimento produzido dentro da Universidade. Segundo o PDI, essa relação amplia o olhar dos discentes para as questões e isso contribui para a formação desses alunos. (p.168).

No PDI 2018-2023 a instituição defendia políticas de acessibilidade e inclusão direcionadas a discentes, servidores docentes e técnico-administrativos, aos participantes de programas, projetos e ações e membros da sociedade que possuam deficiência ou necessidades especiais. Dentre os objetivos consta "incorporar transversalmente os conceitos e princípios da acessibilidade em todas as ações, projetos, processos de trabalhos e aquisições realizados na UFF, para atendimento das demandas internas e da sociedade". (p.45, 46).

A Universidade mantém no atual PDI os objetivos apresentados no documento anterior e destaca a importância de dar continuidade e fortalecer as ações já existentes. (p.53)

Associada ao campo da Inclusão em Educação, a Universidade vem desenvolvendo projetos de extensão que promovem a formação da comunidade acadêmica e auxiliam no desenvolvimento e inclusão do público da educação especial.

Durante período 2016-2023 foram elaborados projetos de extensão voltados para a formação de discentes, docentes da universidade e do seu entorno e para a inclusão e desenvolvimento de surdos, deficientes visuais, autistas, deficientes intelectuais, alta habilidades e superdotação. No site nas instituições identificamos os seguintes projetos listados no quadro 03:

Quadro 03: Projetos de Extensão UFF

PROJETO	PÚBLICO-ALVO	ANO
Oficinas de Experimentação Corporal com Pessoas com Deficiência Visual	Pessoas com deficiência visual, matriculadas no setor de Reabilitação do IBC	2016
Desenvolvimento de Atividades de Monitoria no Laboratório do Ambiente Digital de Aprendizagem para Crianças Autistas	Crianças autistas entre 4 e 15 anos de idade	2016

Aplicações de Métodos Matemáticos para a Análise de Resultados no uso do Ambiente Digital de Aprendizagem para Crianças Autistas (ADACA)	Crianças autistas entre 4 e 15 anos de idade.	2016
Surdez, LIBRAS e os espaços não formais	Alunos e professores do Ensino Fundamental e Médio, preferencialmente, da rede pública ou privadas dos municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro; Alunos de graduação bolsistas, voluntários ou cursistas que estejam envolvidos com as ações; Funcionários surdos envolvidos com as ações governamentais estaduais Docentes da UFF que se envolvam na execução das ações ou em seu aprimoramento relacionado ao tema surdez, LIBRAS e Inclusão.	2016
Educação Inclusiva e a formação do professor de Física	Licenciandos em Física; professores de Ciências e de Física, respectivamente, do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio; aluno(a)s desses níveis de ensino, incluindo aqueles com NEE visuais e auditivas; professores e demais profissionais da educação especial; pós-graduandos da área de ensino de ciências/Física e docentes do Ensino Superior	2016 2017 2018 2019 2020
Histologia para Deficientes Visuais: Uma nova perspectiva de estudo	Estudantes e profissionais da área da Saúde, prioritariamente portadores de deficiência visual, ou de baixa visão, discentes e monitores da disciplina de histologia e demais interessados pela área de desenvolvimento de materiais didáticos para deficientes visuais	2016 2017 2019
Criando o LEGI: desenvolvimento de artefatos e de condições para a ampliação à educação inclusiva e à itinerância do acervo do museu interativo de Educação Matemática do LEG	Alunos e professores dos ensinos fundamental e médio, ensino técnico e tecnológico incluindo deficientes visuais	2016 2017 2019 2020 2021 2023
Desenvolvimento de Jogos em 3D Simuladores de Atividades Cotidianas para Crianças com Autismo	Crianças autistas entre 4 e 15 anos de idade	2017 2018 2019
Um museu para todos: adaptação do acervo da Casa da Descoberta para a inclusão da pessoa com	Alunos das escolas da Educação Básica de Niterói e cidades vizinhas; Funcionários e Alunos da UFF;	2017 2018 2019

necessidades especiais	Comunidade em geral	2020
Oficinas de Experimentação Corporal com Pessoas com Deficiência Visual	Pessoas com deficiência visual, matriculadas no setor de Reabilitação do IBC e da AFAC.	2017
Interação e vínculo na construção da relação da pessoa com TEA no Laboratório de Ambientes Digitais de Aprendizagem para criança Autista	Crianças com Transtornos do Espectro do Autismo e suas famílias	2017
Desenvolvimento de Atividades de Monitoria no Laboratório do Ambiente Digital de Aprendizagem para Crianças Autistas	Crianças autistas entre 4 e 15 anos de idade	2017
Museu de Ciências Itinerante Inclusivo – MuCItIn	Alunos e professores do Ensino Fundamental e Médio pertencentes à escolas municipais, estaduais ou federais (todas públicas) dos municípios atendidos; participantes internos da UFF que receberão o treinamento e público em geral	2017
Conversação com professores de educação infantil sobre suas experiências com alunos autistas incluídos em classes regulares	Professores e educadores (vinte professores e educadores) que trabalham atualmente com pelo menos um aluno diagnosticado como autista incluído em classe regular de educação infantil. De modo indireto o publico alvo aumenta consideravelmente, compreendendo os alunos incluídos e seus pares, alunos das mesmas turmas, outros professores e coordenadores das escolas, pais e responsáveis dos mesmos	2017
Ludicidade, intervenções psicopedagógicas e inclusão	Alunos com necessidades educativas especiais com deficiência intelectual e/ ou do desenvolvimento	2017
Mãos de Girassóis	Comunidade interna e externa	2017
Inclusão de Surdos no Ensino Regular: Estratégias de trabalho Docente	Licenciandos e professores da rede básica de ensino	2018
Ensino de Surdos sob a Perspectiva Bilíngue	Alunos surdos da rede municipal e estadual do estado do Rio de Janeiro, município de Niterói, São Gonçalo e outros afins	2018 2019 2020
Desenvolvimento de Jogos e Atividades de Alfabetização para Auxílio na Aprendizagem de Crianças com Autismo	Crianças com autismo de 4 a 15 anos de idade	2018
Aplicações de Métodos Matemáticos para Análise de	Crianças autistas entre 4 e 15 anos de idade	2018

Resultados no Uso do Ambiente Digital de Aprendizagem para Crianças Autistas (ADACA)		
Oficinas de Experimentação Corporal com Pessoas com Deficiência Visual	Pessoas com deficiência visual, matriculadas no setor de Reabilitação do IBC e da AFAC - Associação Fluminense se Amparo aos Cegos. O público-alvo é também aquele que chegar por demanda espontânea, no SPA - Serviço de Psicologia Aplicada da UFF	2018 2019
Literatura Surda	Profissionais na área da literatura surda e/ou outros interessados pelo campo	2018 2020
Deficiência e Trabalho	Alunos com necessidades educativas especiais do ensino médio da rede Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro e jovens deficientes egressos do ensino médio das escolas públicas da cidade de Niterói.	2019
Ações Psicopedagógicas com alunos com deficiência intelectual	Alunos com deficiência intelectual e/ou do desenvolvimento do ensino fundamental de escolas públicas da Fundação Municipal de Educação de Niterói, Rio de Janeiro.	2019
Libras na escola	O público-alvo serão estudantes do Instituto de Educação de Angra dos Reis - IEAR, mais precisamente de seus cursos de licenciatura: Pedagogia e Geografia	2019
Criando o LEMi: Um Laboratório Inclusivo de Educação Matemática e um Museu Interativo Itinerante Inclusivo em Macaé	Alunos e professores dos ensinos fundamental e médio, ensino técnico e tecnológico incluindo deficientes visuais, professores do ensino universitário, licenciandos da FeMASS e alunos da UFF dos cursos da Cidade Universitária	2019
Curso de Férias para Alunos Superdotados	Alunos de Escolas Públicas, Redes Estadual e Municipal, e Escolas Privadas identificados com comportamentos superdotados	2019
DIECI Itinerante - Ciência, Dignidade Humana e Comportamento Superdotado	Professores das Redes Públicas Federal, Estadual e Municipal de Ensino, professores da Rede Privada, profissionais da educação em geral, estudantes de cursos de licenciatura, educadores infantis populares e estudantes da educação básica identificados com Altas Habilidades/Superdotação	2019
Alunos com comportamentos	Estudantes do Ensino Fundamental e	2019

superdotados: tornando visíveis os invisíveis	Médio da Região Sul Fluminense identificados com Altas Habilidades/Superdotação professores, licenciandos, educadores e demais interessados no tema	
Imua UFF	Pessoas com necessidades especiais, principalmente surdos, e/ou necessidades financeiras.	2019
Recursos educacionais abertos (REAs) para divulgação científica e libras	Professores, pós-graduandos, profissionais de Ensino, alunos e profissionais do Programa de BioCiências do PPBi, graduandos da UFF das disciplinas de Libras cadastradas no instituto de Letras – GLC	2019
Conversação com professores de educação infantil sobre suas experiências com autistas incluídos em classes regulares de educação infantil	Educadores das unidades de educação infantil onde ocorrerão as conversações, incluindo equipe de direção e equipe de serviços gerais, além dos educadores e professores Interessados em geral (universitários e afins) nas conferências a serem realizadas	2019
Interação e vínculo na construção da relação da pessoa com TEA no Laboratório de Ambientes Digitais de Aprendizagem para criança Autista	Crianças com Transtornos do Espectro do Autismo e suas famílias	2020
Despertando talentos em indivíduos autistas	Indivíduos com transtorno de espectro Autista de todos os níveis de escolaridade, pais e familiares, bem como professores pertencentes à escolas municipais, estaduais ou federais dos municípios atendidos.	2020
Desenvolvimento de Jogos Educacionais Android com Armazenamento de Dados de Uso para Análise de Aprendizagem de Crianças com Autismo	Crianças autistas entre 4 e 15 anos de idade	2020
Desenvolvimento de Atividades de Monitoria no Atendimento de Crianças Autistas no Laboratório do Projeto ADACA	Crianças autistas entre 3 e 13 anos de idade.	2020
Ensino de Libras na região noroeste fluminense: atuando na formação inicial e continuada de professores	Surdos do município de Santo Antônio de Pádua (RJ); Núcleo familiar do surdos participantes do projeto; Professores da educação básica que possuem alunos surdos; Gestores educacionais	2020

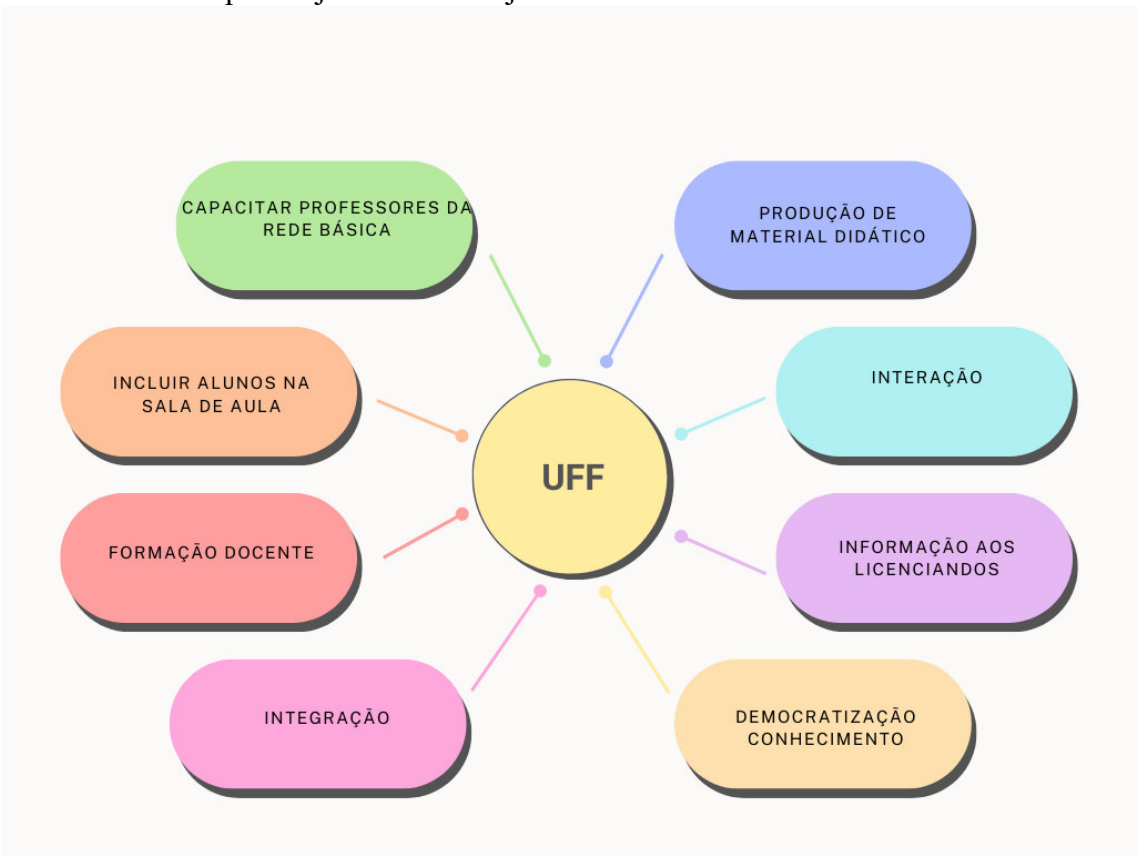
Ensino Remoto e Inclusão de Surdos em Tempos de Pandemia: Estratégias de Trabalho Docente	Licenciandos e professores da rede básica de ensino	2020
Ensino de Libras na região noroeste fluminense: atuando na formação inicial e continuada de professores	Professores da educação básica; Gestores educacionais; Profissionais ligados à educação; População do noroeste fluminense.	2020
Educação Inclusiva na perspectiva do coensino: da teoria à sala de aula	Estudantes em formação, professores referência de turma e professores especializados (AEE).	2021 2022 2023
Atividades Suplementares para alunos com comportamento superdotado	Alunos com Comportamento Superdotado oriundos da Educação Básica (Escolas Públicas - Redes Estadual e Municipal e Escolas Privadas) e responsáveis pelos alunos	2021 2022 2023
Construção de um protocolo de avaliação do desenvolvimento cognitivo de crianças com Transtorno do Espectro Autista	Crianças de 3 a 5 anos diagnosticadas com TEA e os pais que estão participando das intervenções terapêuticas disponibilizadas somente pela ACA	2021 2022
Recursos Abertos para divulgação científica e Libras	Professores, pós-graduandos, profissionais de Ensino. Alunos e profissionais do Programa de BioCiências do PPBi Graduandos da UFF das disciplina de Libras cadastradas no instituto de Letras – GLC	2022
Escola de inclusão	Graduandos e pós- graduandos da UFF e de outras universidades; professores da Educação Básica e do Ensino Superior; Familiares e outros profissionais interessados no tema Educação na perspectiva inclusiva	2022 2023
Formação Cultural e Educação Inclusiva: ampliando horizontes e diminuindo barreiras	Estudantes universitários com e sem deficiência; Professores da Educação básica das redes pública e/ou privada; Estudantes com e sem deficiência da Educação Básica; Visitantes, em geral, do Centro de Artes - CEART-UFF.	2022
Criação e confecção de modelos de organismos microscópicos, com auxílio de impressora 3D, como ferramenta de ensino e inclusão voltado para portadores de baixa acuidade visual	Público interno da Universidade Federal Fluminense, como docentes e discentes da Graduação e da Pós-Graduação. Alunos da rede municipal de ensino da Prefeitura Municipal de Niterói. Público em geral	2022
Formação Básica para Profissionais de Apoio Escolar na Educação Especial	Colaboradores/as (voluntários) do grupo de pesquisa Observatório sobre Inclusão em Educação e Direitos	2022

	Humanos e profissionais de apoio escolar, externo à UFF	
Deficientes Visuais: inclusão no aprendizado de Histologia	Estudantes e profissionais da área da saúde, prioritariamente portadores de deficiência visual, ou de baixa visão; Discentes e Monitores da disciplina de Histologia; Demais interessados pela área de desenvolvimento de materiais didáticos para deficientes visuais.	2023
Oficinas de Experimentação Corporal com Pessoas com Deficiência Visual	Pessoas com deficiência visual, em fase de reabilitação. O publico alvo é aquele que chegar por demanda espontânea, no SPA da UFF, para o caso das atividades serem presenciais. Na caracterização do público interno da UFF consta um número de 100 pessoas: são alunos que participam das aulas sobre Psicologia e Estudos da Deficiência.	2023
Criação e confecção de modelos de organismos microscópicos, com auxílio de impressora 3D, como ferramenta de ensino e inclusão voltado para portadores de baixa acuidade visual	Público interno da Universidade Federal Fluminense, como docentes e discentes de Graduação e Pós-Graduação. Alunos da rede municipal de ensino da Prefeitura Municipal de Niterói. Público em geral quando as atividades de Ciências na Praça, Ciências sob Tendas ocorrerem fora da UFF.	2023
Natação Adaptada para Pessoas com Deficiências	Pessoas com qualquer deficiência	2023

Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

Os objetivos dos Projetos de Extensão apresentados no quadro anterior estão representados no gráfico 05:

Gráfico 5: Principais objetivos dos Projetos de Extensão UFF

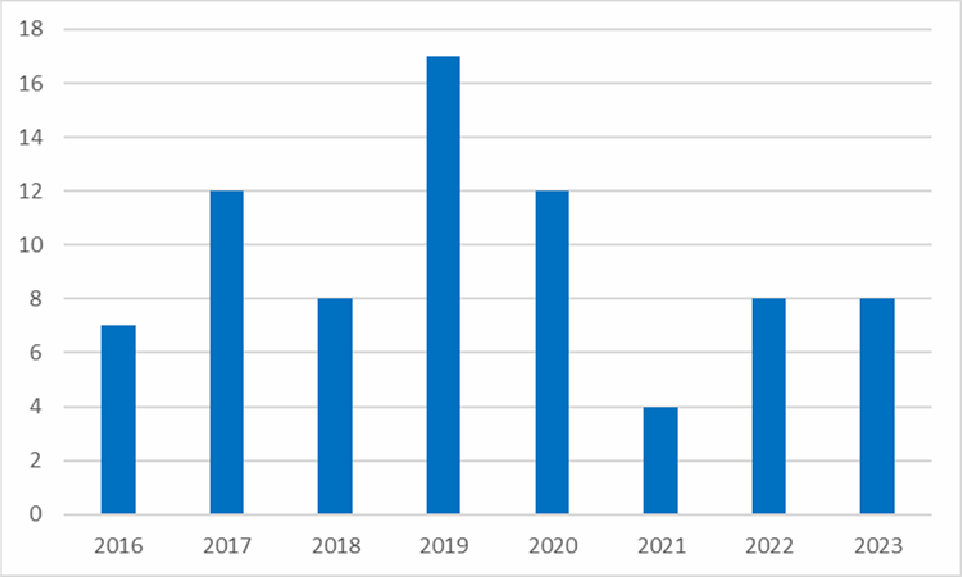


Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

As ações inclusivas foram realizadas em escolas públicas e privadas de Niterói e São Gonçalo, mas atendeu também instituições de outros municípios como Petrópolis, Santo Antônio de Pádua, Angra do Reis, Macaé, Volta Redonda e Guanambi-BA.

No gráfico 06, que segue abaixo, é possível verificar o trabalho da Universidade no que diz respeito à produção de projetos voltados para a área de inclusão do público da educação especial.

Gráfico 06: Projetos de Extensão UFF



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

2.5 Universidade Federal do Rio de Janeiro

Em seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024[8], a Universidade Federal do Rio de Janeiro destaca que ao longo dos anos tem buscado viabilizar a participação da extensão universitária na formação dos discentes. A instituição reconhece a importância da extensão para a construção de conhecimento voltado para a sociedade e para o desenvolvimento do país. (p. 94)

> A extensão universitária é fundamental na formação de nossos discentes nos cursos de graduação e pós-graduação, colaborando para a criação de espaços de convergência que estimulem a integração entre as unidades acadêmicas para o desenvolvimento dessas ações. (p.95)

Segundo o PDI, a proposta de extensão universitária é "permitir ao discente uma formação mais cidadã e possibilitar a interação com novas realidades que complementam as experiências vividas no mundo acadêmico." (p. 108).

Entre os princípios da política de extensão da UFRJ é possível destacar: interação dialógica da Universidade com os demais setores da sociedade, a adoção de metodologias que estimulem a participação e a democratização do conhecimento, o impacto regional e transformação social e o compromisso social da universidade pública com promoção de ações em concordância com políticas como os direitos humanos, entre outras. (p. 143, 144)

[8] <https://pdi.ufrj.br/textos-do-pdi/>

Nesse contexto, para atingir os objetivos, superar as desigualdades sociais e promover o desenvolvimento sociocultural, a Universidade busca firmar parcerias com instituições, organizações e movimentos sociais. (p. 249)

A Universidade realiza o Fórum Permanente UFRJ Acessível e Inclusiva, onde recebe propostas e projetos que são discutidos e encaminhados a Diretoria de Acessibilidade (Dirac) para verificar a possibilidade de implementação. (p.380)

O documento anterior ao PDI 2020-2024 já considerava a inclusão e acessibilidade como indissociáveis e já tratava a inclusão como um movimento político que busca aumentar a participação de sujeitos ou grupos em condição de exclusão. (p. 28,29).

Durante o período 2016-2023 foram desenvolvidos projetos de extensão relacionados à inclusão de deficientes visuais, surdos, pessoas com necessidades educacionais específicas e transtorno do espectro autista. Foram identificados os seguintes processos na página da UFRJ, conforme quadro 04:

Quadro 04: Projetos de Extensão UFRJ

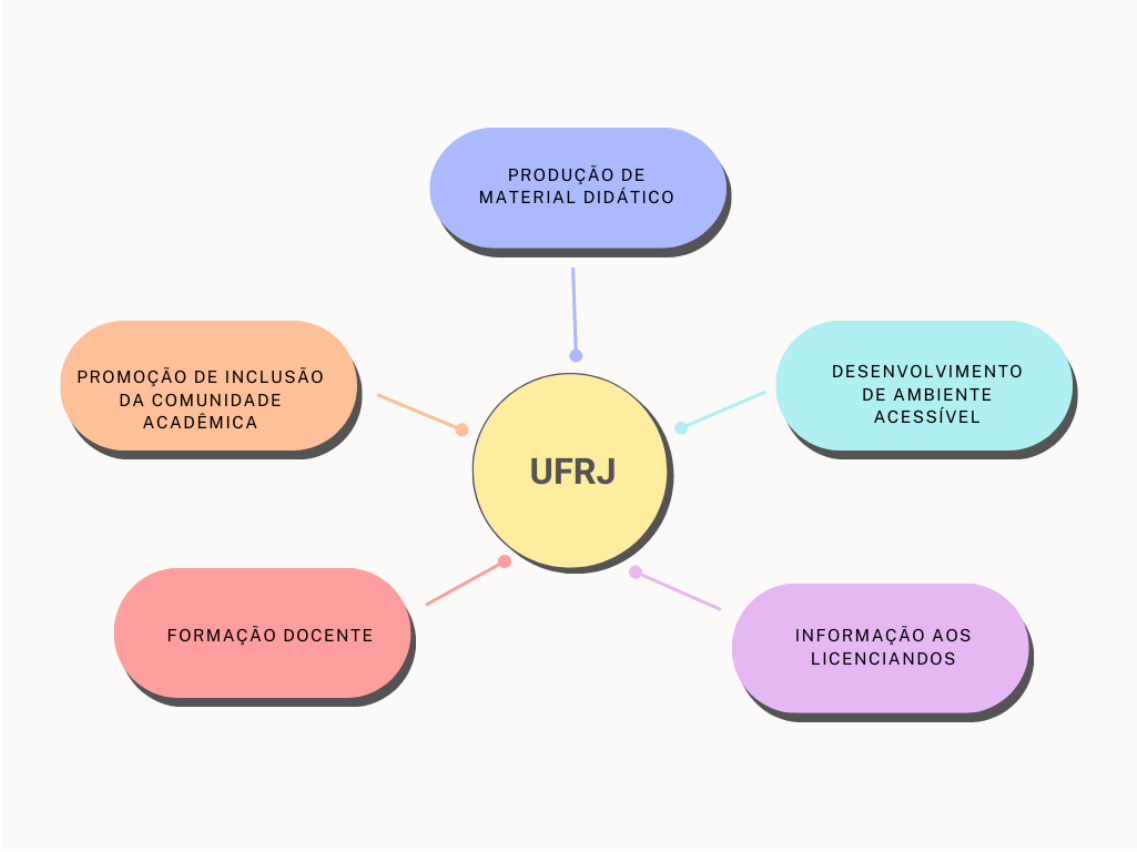
PROJETO	PÚBLICO-ALVO	ANO
Educação patrimonial: proposta para o desenvolvimento de material didático e ações de extensão para jovens com deficiência visual	Estudantes da graduação	2019
Acessibilidade em tempos de quarentena e Covid-19	Público em geral	2020
Educação, Deficiência e Facilitação de Aprendizagem	Estudantes da graduação	2020
GETEA - grupo de estudos em transtorno do espectro	Público em geral	2020
Laboratório de Audiodescrição e Produção de Outras Tecnologias Assistivas – LADTECs	Graduandos de Letras – UFRJ e de outros cursos de Licenciatura, (professores, pedagogos e psicopedagogos) e na Saúde (Fonoaudiólogo e Terapeuta Ocupacional)	2021
NEEI CAp-UFRJ convida: Diálogos sobre inclusão	Famílias, professores, técnicos, comunidade, licenciandos e demais interessados	2021
Repositório Bilíngue para Educação de Surdos: mecanismo de inclusão	Estudantes da graduação	2021

JogAssist - Criação de jogos acessíveis	Estudantes e profissionais interessados	2023
Sinais em movimento: encontros entre o design visual e a Libras	Estudantes e docentes da Escola de Belas Artes (EBA-UFRJ) e do INES	2023

Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

Os principais objetivos apresentados pelos Projetos de Extensão analisados são apresentados no gráfico 07 representado a seguir:

Gráfico 07: Principais objetivos dos Projetos de Extensão UFRJ

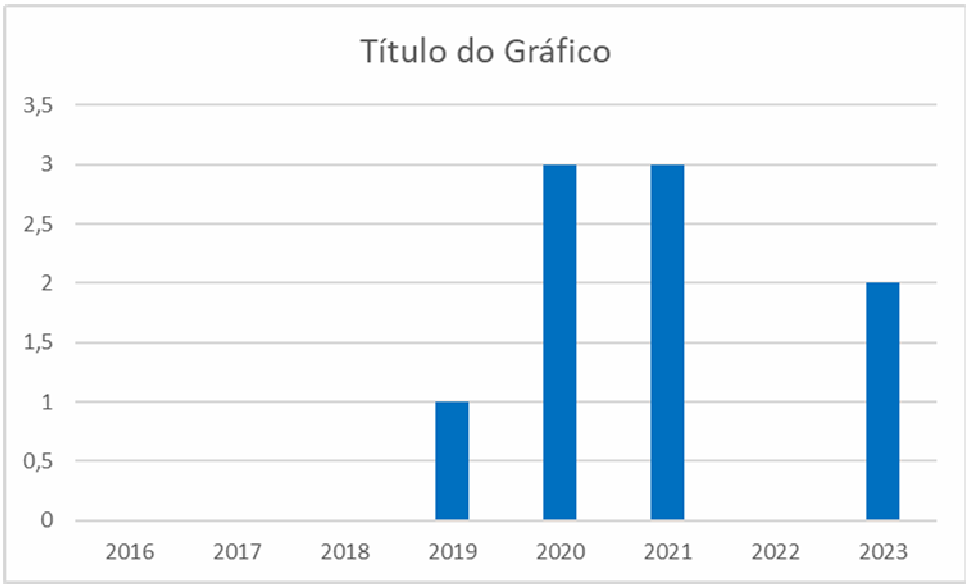


Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Os projetos de extensão visavam atender a comunidade acadêmica interna e externa à UFRJ e alguns dos projetos foram realizados em parceria com o Instituto Benjamin Constant – IBC e com o Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES.

O gráfico 08 apresenta o trabalho da Universidade, referente à realização de projetos na área de inclusão do público da educação especial no período 2016-2023.

Gráfico 08: Projetos de Extensão UFRJ



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

2.6 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

No que diz respeito à relação de contato com a comunidade, o Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2022[9] da Universidade Federal Rural do Rio Janeiro ressalta a pretensão de consolidar as atividades existentes e aprovar novos projetos (p.85).

Segundo o documento, as Atividades de Extensão seguem o Plano Nacional de Extensão e a Política Nacional de Extensão Universitária e estão divididas nas seguintes áreas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho. (p.82)

O atual PDI 2023-2027[10], salienta que a extensão possibilita uma interação transformadora entre as instituições de ensino superior e a sociedade e tende a ser interdisciplinar. (p. 71).

Em relação à inclusão, a Universidade vem buscando aumentar ações de inclusão de pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, além de organizar o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da Universidade – NAI e desenvolver políticas de acessibilidade. (p.27).

> Considerando as metas do PNE 2014-2024, a educação superior vem sendo desafiada a promover a expansão quantitativa de matrículas e cursos cumprindo a função social de democratização do saber e inclusão de grupos

[9] < https://portal.ufrrj.br/pdi-2018-2022/>
[10] < https://institucional.ufrrj.br/pdi/>

> tradicionalmente excluídos, buscando manter o padrão de qualidade que caracteriza as universidades públicas do país. (p.65)

De acordo com o PDI atual, a Universidade considera que a formação de constantes gerações passa por uma educação baseada nos princípios da inclusão, do respeito à diversidade, do desenvolvimento da autonomia, entre outros, relacionados à cooperação, aos princípios democráticos, à reconstrução do conhecimento no dia a dia dos espaços acadêmico e à emancipação de sujeitos. (p. 66)

Em 2020 o Conselho Universitário aprovou as Diretrizes sobre Acessibilidade e Inclusão para pessoas com Deficiência e baseada nesta deliberação a Universidade elaborou o Plano de Acessibilidade da UFRRJ com metas a serem atingidas até 2025. (p.107)

Em relação aos projetos de extensão, entre os anos 2016-2023 a UFRRJ desenvolveu projetos voltados para inclusão do público da educação especial. Os projetos identificados no site da Universidade estão listados na quadro 05:

Quadro 05: Projetos de Extensão UFRRJ

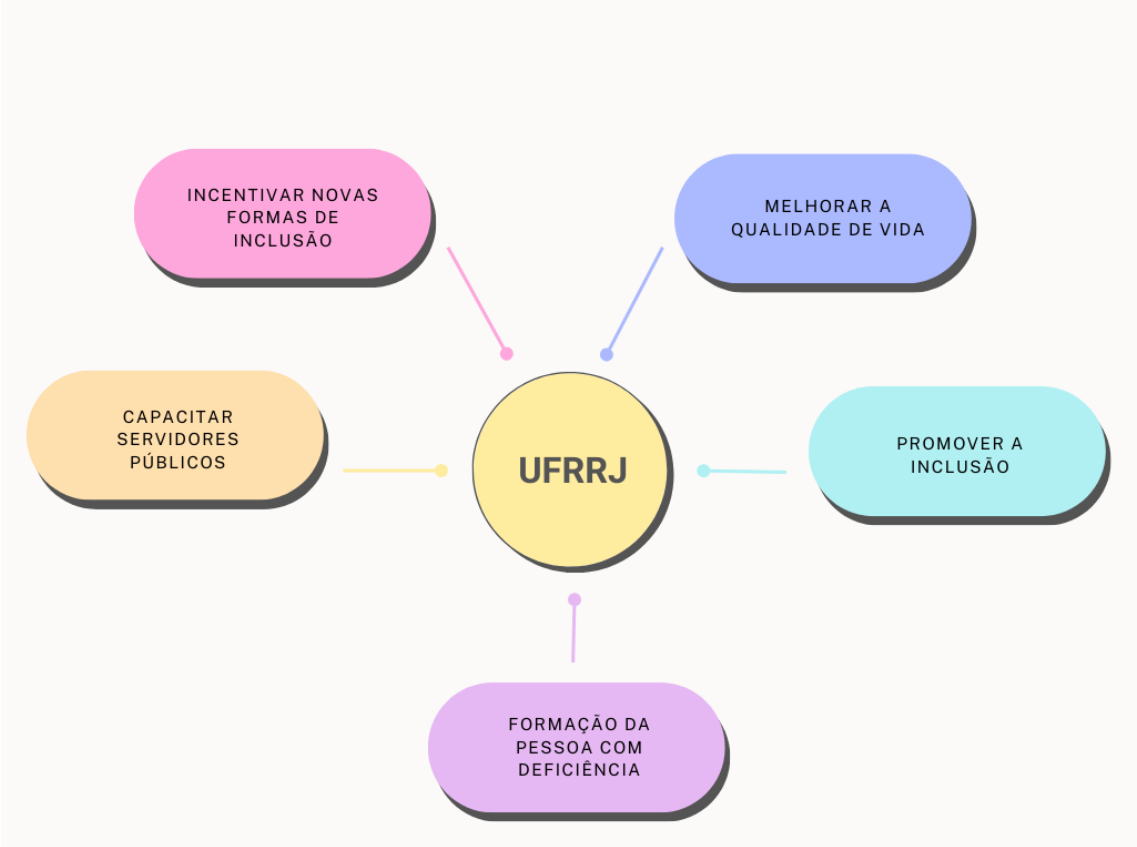
PROJETO	PÚBLICO-ALVO	ANO
Serviço de apoio e assessoramento à pessoa com deficiência - servidores técnico-administrativos do ICHS e a inclusão no ensino superior	Alunos e servidores com deficiência, vinculados aos cursos de graduação do ICHS	2017
Construção de um repositório de sinais em física para libras / LGP	Alunos da graduação, professores universitários alunos do CAIC e CTUR, comunidade surda	2017
Curso de capacitação para educadores surdos de ensino de libras como segunda língua	Ensino médio completo, principalmente pessoa surda	2017
Equoterapia: suporte reabilitacional	Crianças e jovens com necessidades especiais do Município de Seropédica	2018
Festival Visual Cultural e Literário em Libras da UFRRJ	Professores de Libras, intérpretes, alunos surdos e ouvintes	2019
A motivação dos servidores e funcionários públicos da comunidade externa e interna da UFRRJ campus Seropédica: a necessidade do aprendizado da língua de sinais.	Servidores da UFRRJ e público externo de Seropédica e baixada fluminense	2019
Encontros em libras - conhecendo e refletindo sobre a libras	Público interessado na área	2019
Pulsar	Professores/Alunos de educação (Campo, Física, Pedagogia) e áreas afins	2019
Equoterapia educacional: suporte	Crianças e jovens com necessidades	2020

extensionista, reabilitacional e inclusivo de sujeitos especiais da cidade de Seropédica-RJ.	especiais da cidade de Seropédica – RJ	
Setembro surdo	Docentes, discentes e sociedade em geral	2020
Cultura visual: imersão na LIBRAS - Curso de Libras - módulo I	Profissionais que atuam com surdos ou que tenham interesse em aprender Libras	2020
MatemaTICs UFRRJ	Alunos de graduação, professores universitários, alunos de escolas de educação básica em geral, comunidade surda.	2021
Apoio Técnico Acadêmico ao Núcleo de Inclusão e Acessibilidade da UFRRJ	Pessoas com deficiências que recebem suporte educacional do NAI	2021
Programa intersetorial de inclusão educacional e laboral de pessoas com deficiência (pró-inclusão)	Estudantes de graduação e pós graduação da UFRRJ. Profissionais da Educação e pessoas da comunidade (mães de crianças com deficiência múltipla) e outros participantes	2022
Suporte educacional para acessibilidade comunicacional de estudantes surdos	Estudantes surdos e com deficiência auditiva da UFRRJ apoiadas pelo NAI	2022
Descobrindo a Ciência: Ensinando Química Através de Assuntos do Cotidiano e a Inclusão	Alunos da graduação da UFRRJ Alunos de escolas públicas ou particulares	2023

Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

Os principais objetivos dos Projetos de Extensão podem ser visualizados no gráfico 09:

Gráfico 09: Principais objetivos dos projetos de extensão UFRRJ

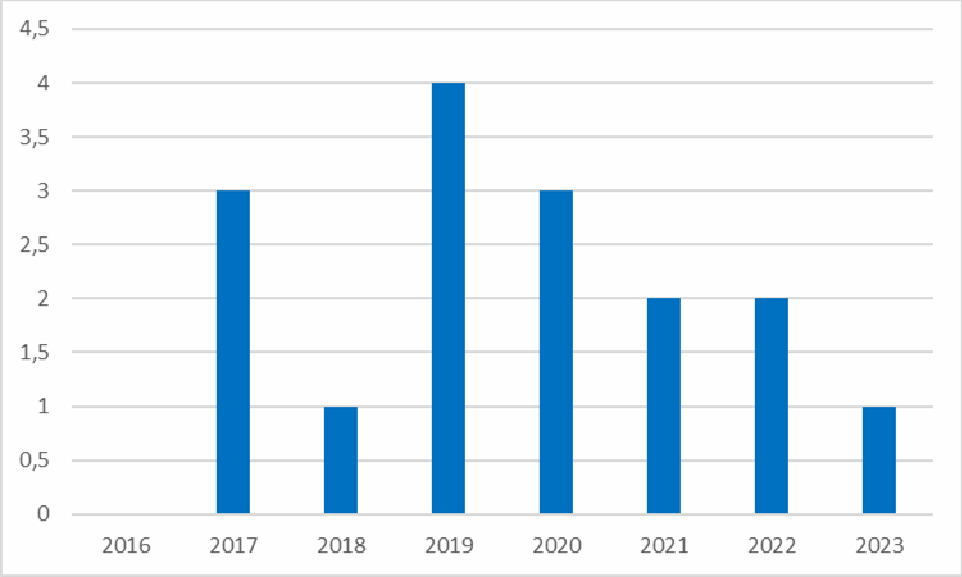


Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Os projetos tinham como intenção atender a comunidade acadêmica interna e externa e dos municípios de Seropédica, Queimados e Duque de Caxias.

O gráfico 10 mostra o trabalho da UFRRJ no período 2016-2023, no que diz respeito aos projetos de extensão na área de inclusão do público da educação especial.

Gráfico 10: Projetos de Extensão UFRRJ



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

> "A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem". BRASIL

3 ITINERÁRIO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Esta pesquisa teve como questão de estudo a inclusão do público da educação especial no contexto dos projetos de extensão das Universidades Públicas do Rio de Janeiro (UERJ, UNIRIO, UFF, UFRJ e UFRRJ). A presente dissertação trata-se de um estudo qualitativo estruturado e desenvolvido a partir dos pressupostos metodológicos da pesquisa exploratória.

> As pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado. (Gil, 2017, p.32)

Segundo Lösch, Rambo e Ferreira (2023, p.09), a pesquisa exploratória tem como objetivo explorar, identificar e compreender conceitos e fenômenos pouco investigados. De acordo com os autores a pesquisa exploratória pode ser aplicada em diferentes áreas de conhecimento, entre elas a educação, e é essencial para a construção de novas teoria e descobertas científicas, pois permite identificar "novos caminhos de investigação e a ampliação do conhecimento em determinado campo de estudo".

Raupp e Beuren (2006, p. 80) destacam a capacidade da pesquisa exploratória de aprofundar conceitos que não foram suficientemente explorados. Na concepção dos autores:

> Uma característica interessante da pesquisa exploratória consiste no aprofundamento de conceitos preliminares sobre determinada temática não contemplada de modo satisfatório anteriormente. Assim, contribui para o esclarecimento de questões superficialmente abordadas sobre o assunto. (p.80)

Lösch, Rambo e Ferreira (2023, p. 09,10) destacam como características da pesquisa exploratória:

> -Objetivo amplo: tem como escopo obter uma compreensão ampla e inicial do assunto.
>
> -Coleta de dados qualitativos: geralmente envolve a coleta de dados qualitativos, como revisão da literatura, entrevistas e observações.
>
> -Não mensurável: não busca mensurar o fenômeno ou questão, mas sim compreendê-lo.

> -Flexibilidade: é flexível e permite ajustes no curso da investigação, o que é importante quando se trata de questões complexas e dinâmicas.
>
> -Preparação para futuras pesquisas: é uma etapa importante na construção de uma base sólida para pesquisas mais aprofundadas.

Ainda segundo os autores, um aspecto importante da pesquisa exploratória é o "aprofundamento de conceitos preliminares sobre determinada temática não contemplada de modo satisfatório anteriormente, o que contribui para o esclarecimento de questões superficialmente abordadas sobre o assunto". (p.10).

3.1 Objetivos do Estudo

Este estudo teve como objetivos:

- Identificar as Universidades públicas do Rio de Janeiro que desenvolvem projetos de extensão com a temática da inclusão de pessoas com deficiências (PcD), TEA (Transtorno do Espectro do Autismo) e altas habilidades e superdotação;

- Caracterizar os projetos de extensão desenvolvidos pelas Universidades públicas do Rio de Janeiro, no período de 2018-2023, sob a temática da inclusão de pessoas com deficiências (PcD), TEA (Transtorno do Espectro do Autismo) e altas habilidades e superdotação;

- Analisar as ações desenvolvidas nos projetos de extensão sob a temática da inclusão de pessoas com deficiências (PcD), TEA (Transtorno do Espectro do Autismo), altas habilidades e superdotação e os possíveis desdobramentos e resultados.

3.2 Questões de Estudo

A partir dos objetivos, listamos as seguintes questões:

- Quais Universidades públicas do Rio de Janeiro desenvolvem ações de extensão na área da inclusão de pessoas com deficiências (PcD), TEA (Transtorno do Espectro do Autismo) e altas habilidades e superdotação?

- Quais projetos de extensão na área da inclusão de pessoas com deficiências (PcD), TEA (Transtorno do Espectro do Autismo) e altas habilidades e superdotação foram desenvolvidos no período de 2018-2023?
- Onde os projetos de extensão foram desenvolvidos (escola, comunidade, hospital, biblioteca)? Como a temática da inclusão de pessoas com deficiências (PcD), TEA (Transtorno do Espectro do Autismo) e altas habilidades e superdotação foi abordada nos projetos de extensão?
- Qual(is) tipos de deficiências foram abordadas nos projetos de extensão?
- Quais as características do(s) local(is) onde os projetos foram desenvolvidos?
- Quais os impactos dos projetos de extensão, desenvolvidos pelas Universidades públicas do Rio de Janeiro, para a comunidade?
- Quais os impactos dos projetos de extensão, desenvolvidos pelas Universidades públicas do Rio de Janeiro, realizados durante o período pandêmico?
- Quais as diferenças entre os projetos realizados durante a pandemia e os projetos realizados fora do período pandêmico?

3.3 Caracterização do Lócus da Pesquisa

Neste capítulo apresentaremos informações complementares referentes as universidades lócus da pesquisa, onde destacaremos características de cada uma dessas instituições. As informações foram retiradas dos sites oficiais e documentos oficiais das instituições.

- **Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ**

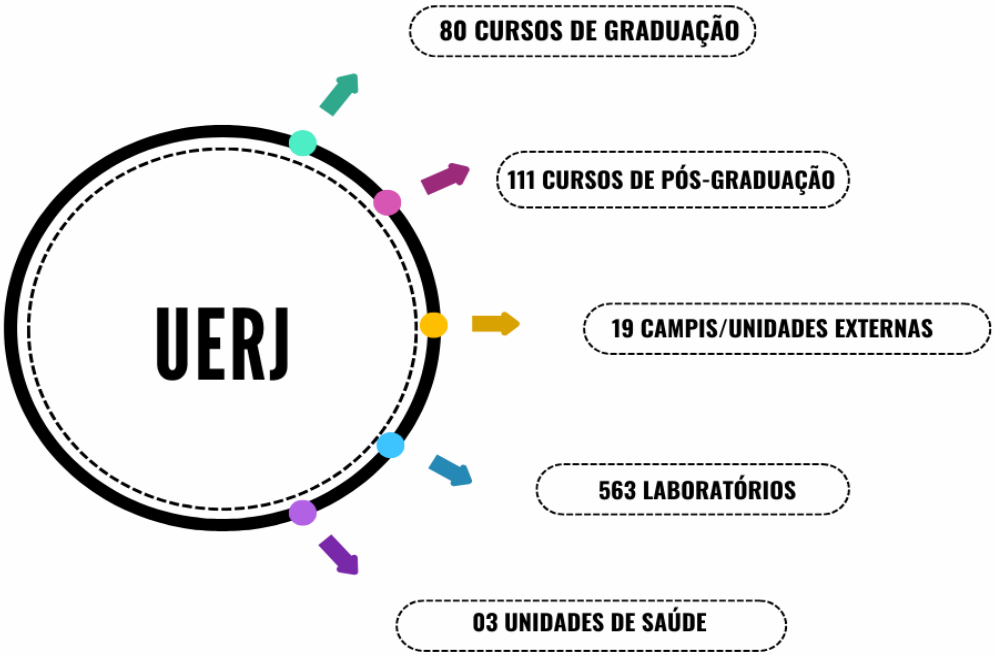
Missão: A Universidade do Estado do Rio de Janeiro tem como missão promover e disseminar o conhecimento da ciência e da tecnologia, da cultura e das artes, através do ensino, da pesquisa e da extensão, dentro de referenciais de excelência em todos os campos do saber, mantendo um ambiente de respeito à diversidade e ao livre debate das ideias, formando profissionais capazes de constante aprendizado crítico, preparados para atuar com base nos princípios éticos e com vista ao exercício pleno da cidadania, contribuindo, assim, para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Localizada no bairro Maracanã no Rio de Janeiro, foi fundada em 1950 com o nome de Universidade do Distrito Federal (UDF) e em 1958 recebeu o nome de Universidade do Rio de Janeiro (URJ). No ano de 1961 foi rebatizada de Universidade do Estado da

Guanabara (UEG) e em 1975 recebeu o nome definitivo de Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Ao longo dos anos a UERJ se tornou uma das principais Universidades do país e mesmo com a crise financeira que ocorreu em 2017 a instituição se mantém viva.

Gráfico 11: UERJ em números



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Em relação aos projetos de extensão, os principais locais de atuação extensionista são: Angra dos Reis, Belford Roxo, Duque de Caxias, Itaguaí, Itaperuna, Itatiaia, Magé, Mangaratiba, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Friburgo, Paraty, Petrópolis, Quissamã, Resende, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Teresópolis.

- **Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO**

Missão: Produzir e disseminar o conhecimento nos diversos campos do saber, contribuindo para o exercício pleno da cidadania, mediante formação humanista, crítica e

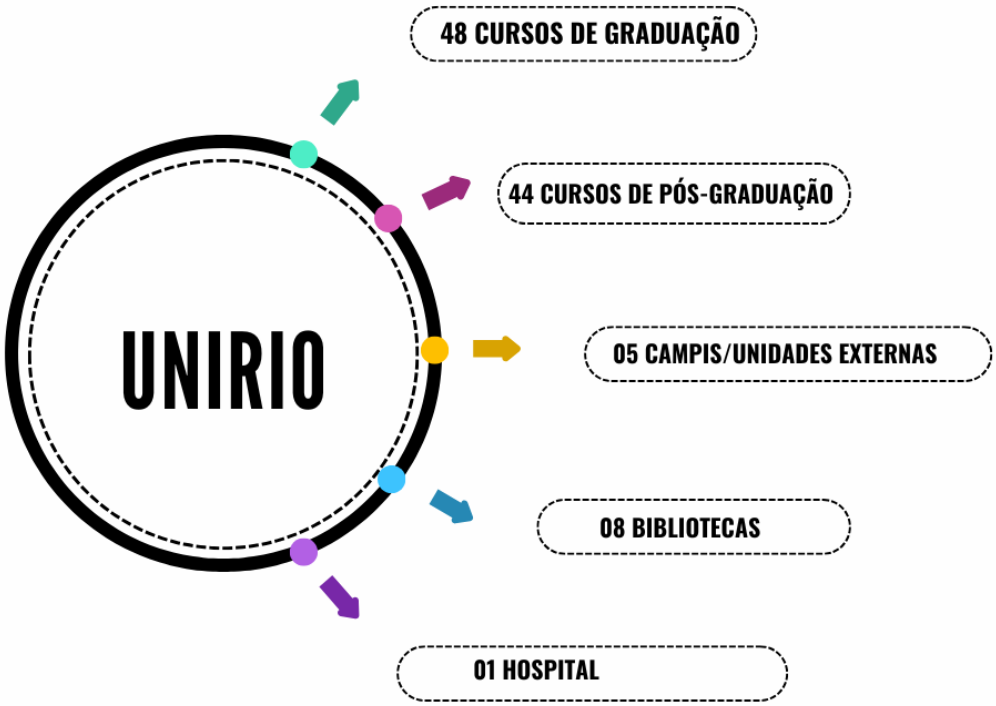
reflexiva, preparando profissionais competentes e atualizados para o mundo do trabalho e para a melhoria das condições de vida da sociedade.

A Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro resultou da Federação das Escolas Isoladas do Estado da Guanabara (Fefieg) que juntou estabelecimentos de ensino superior ligados aos Ministério do Trabalho, da Saúde, da Educação e Cultura e do Comércio e Indústria.

Em 1979 a Fefierj foi institucionalizada recebendo o nome de Universidade do Rio de Janeiro e, em 2003, o nome foi alterado para Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Localizada na Urca-RJ, a UNIRIO conta com cursos de graduação e cursos de pós-graduação em diversas áreas. A Universidade está dividida em 5 campi, localizados na Urca, Tijuca e Centro.

Gráfico 12: UNIRIO em números



Fonte: elaborado pela autora, 2024.

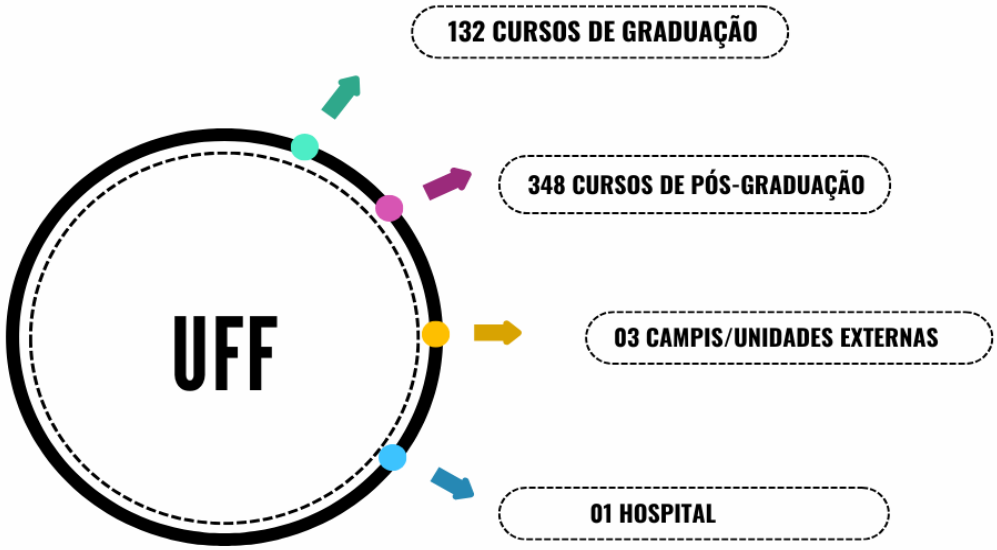
- **Universidade Federal Fluminense - UFF**

Missão: Promover, de forma integrada, a produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural, e a formação de um cidadão imbuído de valores éticos que, com competência técnica, contribua para o desenvolvimento autossustentado do Brasil, com responsabilidade social.

A UFF, Universidade Federal Fluminense, foi criada em 1960 com o nome UFERJ que se beneficiou da inclusão das Escolas Federais de Medicina**,** Farmácia e Odontologia**,** Direito e Medicina Veterinária e juntou Engenharia**,** Serviço Social e Enfermagem**,** Filosofia e Ciências Econômicas**.**

O prédio da reitoria situa-se no município de Niterói – RJ, mas a Universidade Federal Fluminense possui unidades de ensino em Angra dos Reis, Campos dos Goytacazes, Macaé, Niterói, Nova Friburgo, Petrópolis, Rio das Ostras, Santo Antônio de Pádua e Rio das Ostras, onde são oferecidos cursos de graduação presenciais e à distância, além dos cursos de mestrado e de doutorado.

Gráfico 13: UFF em números



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

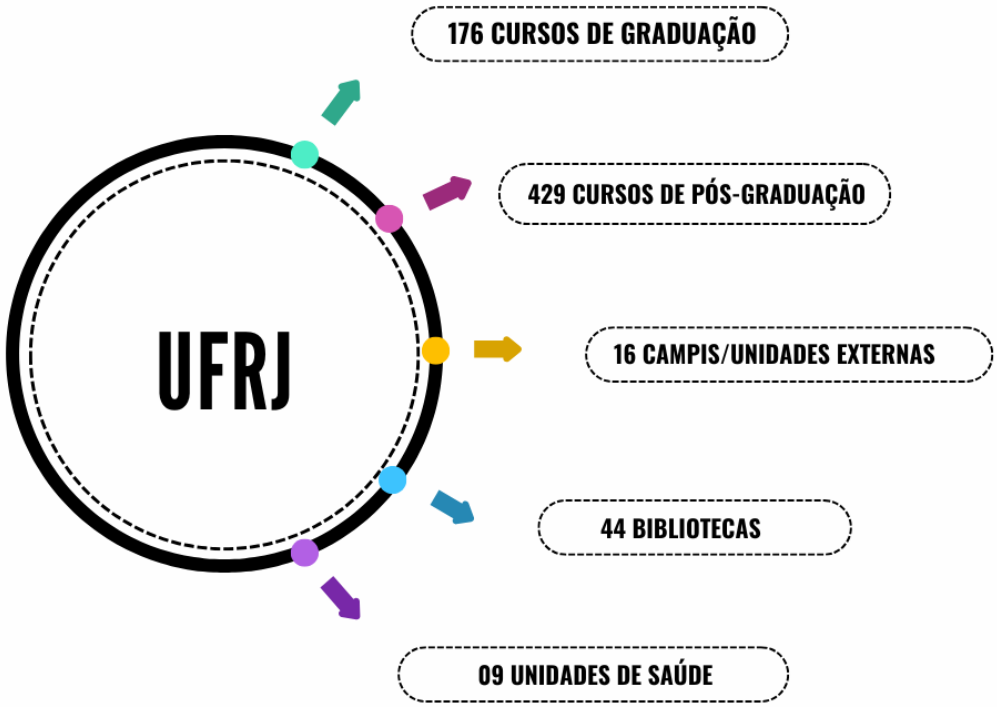
- **Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ**

Missão: contribuir para o avanço científico, tecnológico, artístico e cultural da sociedade por meio de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, promovendo a formação de uma sociedade justa, democrática e igualitária.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro é uma universidade centenária criada em 1920. Anteriormente chamada de Universidade do Rio de Janeiro, juntou a Escola Politécnica, a Faculdade Nacional de Medicina e a Faculdade Nacional de Direito.

A UFRJ oferece atualmente cursos de graduação e de pós-graduação e tem sob o seu designo hospitais e institutos de atenção à saúde, bibliotecas, parque tecnológico e laboratórios.

Gráfico 14: UFRJ em números



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

- **Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ**

Missão: Gerar, sistematizar, socializar e aplicar o saber científico, tecnológico, filosófico e artístico, através do ensino, da pesquisa e da extensão, indissociavelmente articulados, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício

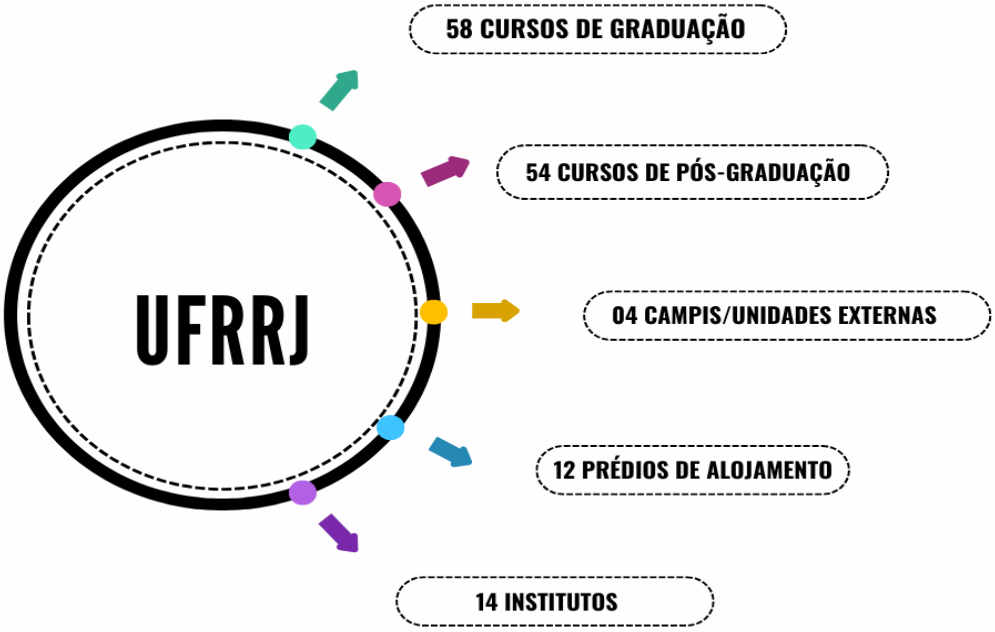
profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na valorização da paz e da qualidade de vida.

Inicialmente ligada ao ensino agropecuário, atualmente a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro oferece cursos de diversas áreas. Criada em 1910, a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (Esamv), foi instalada no bairro do Maracanã, no Rio de Janeiro. Após a inauguração oficial em 1913, a Esamv funcionou em Deodoro, bairro da Zona Norte do Rio de Janeiro, e após fechar por falta de verbas, uniu-se à Escola Agrícola da Bahia e à Escola Média Teórico-Prática de Pinheiro, voltando às atividades no ano de 1916. Em 1918, a Esamv mudou-se para Niterói, na Alameda São Boaventura, em 1927 mudou novamente, agora, para a Praia Vermelha e em fevereiro de 1934, a Esamv foi dividida em três instituições: Escola Nacional de Agronomia (ENA), Escola Nacional de Veterinária (ENV) e Escola Nacional de Química.

Antes de se tomar Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em 1967, a instituição ainda foi chamada de Universidade Federal Rural do Brasil. Desde 1948 a UFRRJ está localizada as margens da antiga Rodovia Rio-São Paulo (hoje BR-465), em Seropédica-RJ

Em 2022 a UFRRJ criou o curso de Licenciatura em Educação Especial, na modalidade EAD, e é uma das três Universidades do Brasil a oferecer um curso nessa área. A Universidade possui mais três campi localizados em Nova Iguaçu, Três Rios e Campos de Goytacazes.

Gráfico 15: UFRRJ em números



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

3.4 Sujeitos da Pesquisa

Os sujeitos da pesquisa são os Coordenadores dos projetos de extensão identificados, realizados pelas Universidades Públicas do Rio de Janeiro (UERJ, UNIRIO, UFF, UFRJ e UFRRJ). São docentes e técnicos-administrativos lotados nestas Instituições de Ensino.

3.5 Procedimentos e Instrumentos de Coleta de Dados

Visando obter informações que contribuam com este estudo, a pesquisa foi desenvolvida a partir de fontes primárias e secundárias, documentais onde foram analisados os Planos de Desenvolvimento Institucional e documentos oficiais, além da bibliografia pertinente à temática de Inclusão em Educação. Os procedimentos utilizados foram: Análise documental do Plano de Desenvolvimento institucional da Universidades (UERJ, UFF, UFRJ, UFRRJ e UNIRIO) e da Política Nacional de Extensão Universitária. Foi feito um mapeamento dos projetos de extensão desenvolvidos por estas Instituições: nesta etapa foram identificados os projetos de extensão relacionados ao público da Educação Especial. Os projetos de extensão relacionados foram selecionados a partir de buscas nos sites das Universidades considerando ano: 2016-2023, natureza: projeto e área temática: educação

O instrumento usado na pesquisa foi um questionário misto. Nesta etapa coletamos informações sobre os Projetos de Extensão desenvolvidos pelas Universidades, onde foram consideradas: objetivos do projeto, local de aplicação, tipo de deficiências e resultados. O questionário foi enviado nos moldes de formulário eletrônico, *Google Forms,* junto com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (disponível no apêndice) e submetido à Plataforma Brasil, na qual foi direcionado para ser analisado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

3.6 Concepções de Inclusão nos Projetos de Extensão das Universidades Públicas do Rio De Janeiro (UERJ, UNIRIO, UFF, UFRJ e UFRRJ)

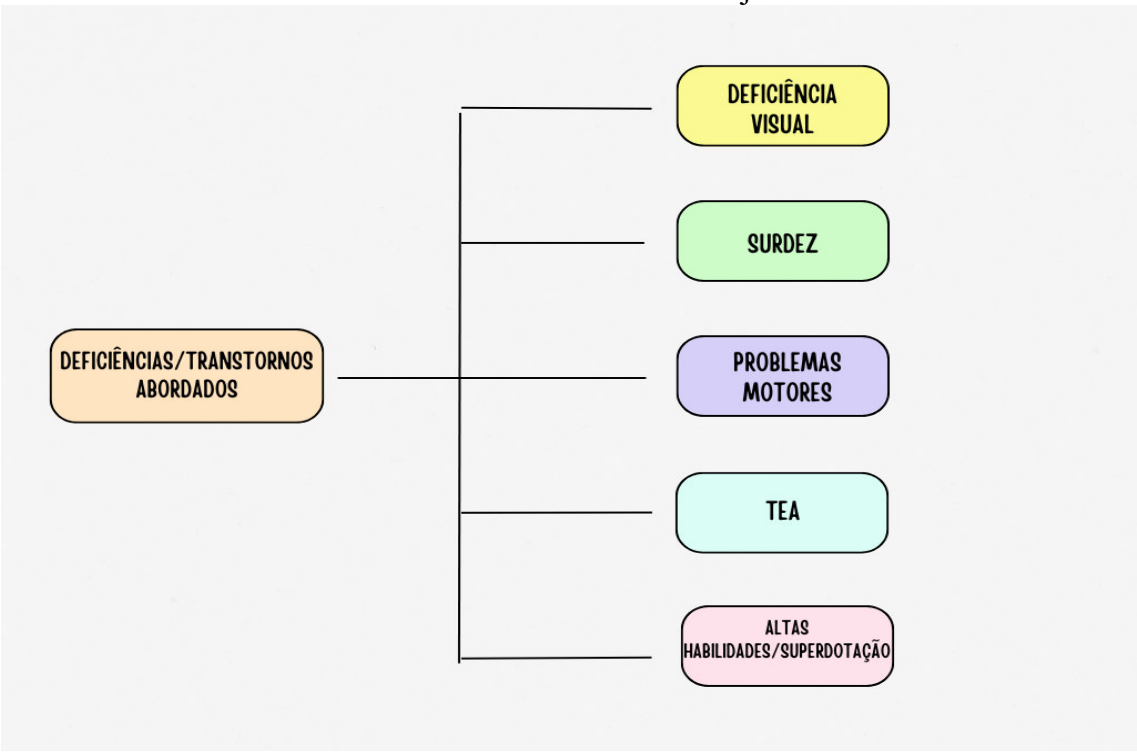
Neste tópico da pesquisa apresentamos as análises dos dados coletados a partir do questionário eletrônico enviados aos coordenadores dos Projetos de Extensão selecionados, sujeitos da pesquisa.

A finalidade desse estudo é reunir as perspectivas de inclusão do público da Educação Especial a partir dos projetos de extensão dessas Universidades (UERJ, UNIRIO, UFF, UFRJ e UFRRJ), realizados durante o período 2016-2023.

Em um estudo inicial foi possível identificar que as cincos instituições mencionadas desenvolvem ou desenvolveram Projetos de Extensão relacionados ao público da educação especial durante os anos 2016-2023.

As principais deficiências e transtornos abordados nos projetos de extensão estão listadas no gráfico a seguir:

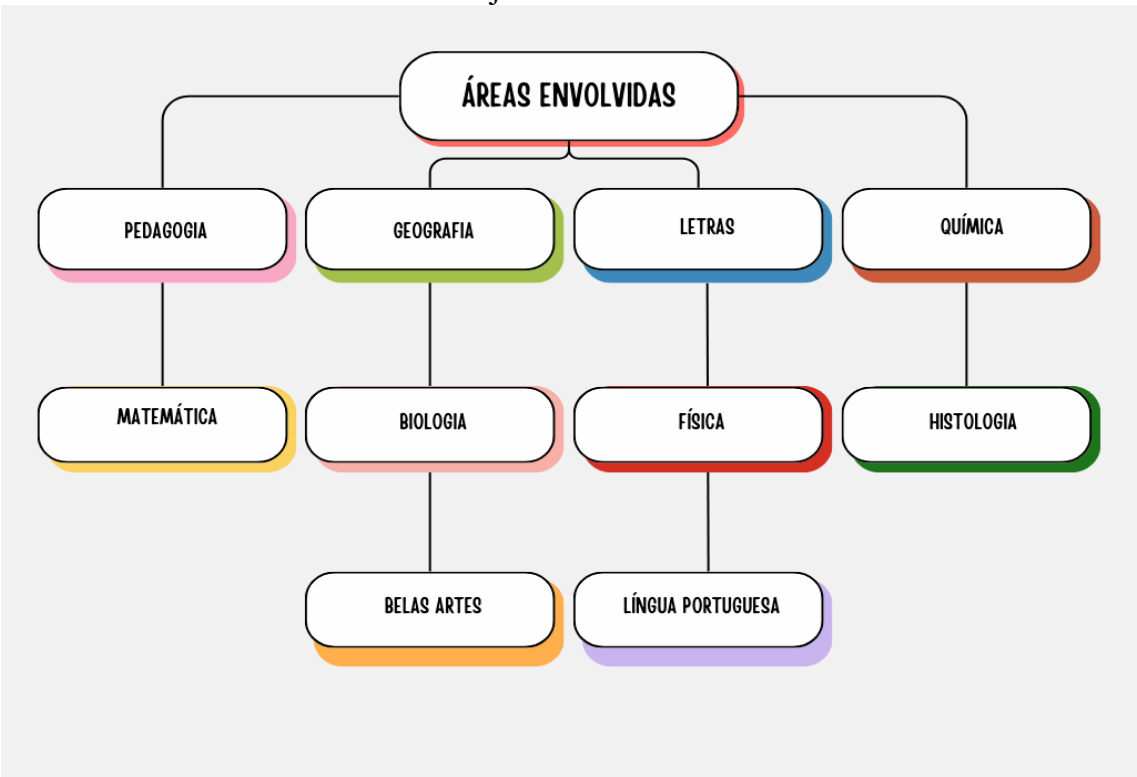
Gráfico 16: Deficiências e transtornos abordados nos Projetos de Extensão



Fonte: elaborado pela autora, 2024.

Os projetos de extensão foram realizados em diversas áreas, as principais estão destacadas no gráfico abaixo:

Gráfico 17: Áreas envolvidas nos Projetos de Extensão



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

A fim de conhecer o perfil desses coordenadores de projetos, foi perguntado se o coordenador do projeto era pessoa com deficiência. O questionamento visava entender se o projeto desenvolvido tinha relação com a deficiência do coordenador. Entre as respostas, apenas uma coordenadora respondeu que era pessoa com deficiência, porém o projeto que coordenou não se limitou a deficiência que possui:

> *"Segundo a LBI, tenho mobilidade reduzida, a qual foi adquirida há 06 (seis) anos." Coordenador 08 – UERJ*

Os sujeitos do estudo ao responderem à pergunta referente aos objetivos do projeto de extensão apontaram uma preocupação com o desenvolvimento de material didático para o público da educação especial:

> *"Alimentação do Repositório bilíngue Huet do Instituto Brasileiro de Educação de Surdos com materiais didáticos e culturais em português e LIBRAS". Coordenador 01 – UFRJ*
>
> *"Desenvolvimento de material didático para apoio as aulas de arte, para estudantes com deficiência visual, uma parceria da UFRJ com o IBC". Coordenador 02 – UFRJ*
>
> *"Desenvolvimento de recursos didáticos para ensino de Matemática". Coordenador 03 – UFF*

> *"Desenvolver, gerenciar e divulgar um repositório de softwares de Tecnologia Assistiva ao público que pode se beneficiar dessas ferramentas." Coordenador 07 – UNIRIO*

Uma Universidade inclusiva deve se adaptar as necessidades dos discentes, sem discriminação. Como descreve Adorno (2022, p.167) transformar a educação em um espaço de consciência exige um compromisso com a autenticidade, onde a adaptabilidade não seja uma forma de conformismo, mas uma aceitação dinâmica das diferenças e dos potenciais de cada um. Para o autor "o indivíduo só sobrevive enquanto núcleo impulsionador da resistência".

A falta de recursos que possam contribuir para uma inclusão efetiva pode prejudicar a permanência dos estudantes, outro objetivo apresentado pelos coordenadores participantes da pesquisa:

> *"Inclusão de alunos com deficiência visual." Coordenador 05 – UNIRIO*
>
> *"Garantir acessibilidade para inclusão e permanência de estudantes (da educação básica, das graduações e pós-graduações) com deficiências e neurodivergentes da UERJ. Também, contribuímos para formação continuada e inicial, respectivamente, de servidores (docentes e técnicos) e discentes da UERJ." Coordenador 08 – UERJ*
>
> *"Possibilitar que sujeitos com deficiência intelectual e/ou TEA tenham oportunidades de vivenciar a universidade podendo assim desenvolver habilidades para uma vida independente." Coordenador 10 – UERJ*
>
> *"Assessoramento à pessoa com deficiência." Coordenador 14 - UFRRJ*

Nozu, Silva e Anache (2018) com base nas ideias de Guerreiro, Almeida e Silva Filho (2014) destacam pontos importantes para garantir o acesso e permanência de discentes com deficiência:

> Garantir o acesso e a permanência dos alunos com deficiência no ensino superior requer adequação dos espaços, disponibilização de recursos pedagógicos acessíveis, provimento de informação à comunidade técnico-administrativa, capacitação aos docentes, assim como apoio da instituição de ensino (2018, p. 1428)

A Inclusão em Educação tem sido debatida nos últimos anos e as políticas educacionais têm apresentado propostas para inclusão do público da Educação Especial nas Instituições de Ensino Superior, entretanto, para que a inclusão seja efetiva não basta apenas inseri-los nessas instituições, é necessário garantir-lhes uma participação real no processo de aprendizagem.

Para Adorno (2022, p. 12), é essencial cultivar uma cultura que valorize a diversidade de experiências e perspectivas, promovendo um aprendizado colaborativo onde todos se

sintam parte do processo. A educação deve ser um meio para desenvolver habilidades de pensamento crítico, empatia e solidariedade, preparando os indivíduos para enfrentar e interromper ciclos de barbárie.

Reis, Eufrásio e Bason (2010), destacam a formação de professores como um fator importante para a permanência dos estudantes nas Universidades:

> Um dos fatores importantes para que essa inclusão ocorra diz respeito à preparação de professores, tanto na sua formação inicial quanto na formação continuada, seja por interesse próprio ou por incentivo da instituição em que ele trabalha. (p.112)

Sobre isso, os coordenadores participantes da pesquisa demonstraram uma preocupação com a formação docente em seus projetos de extensão:

> *"Formação docente específica para alfabetização e letramento de jovens, adultos e idosos com deficiência intelectual." Coordenador 11 – UERJ*
>
> *"Formação de professores na área da Educação Especial e Inclusiva." Coordenador 13 – UERJ*
>
> *"Oferecer formação inicial e continuada para servidores públicos da Saúde, Educação, Assistência Social e Segurança Pública que queiram atuar em Serviços Assistidos por Animais com Cães, sendo a maioria dos cursistas profissionais que atendem pessoas com TEA e/ou outras deficiências" Coordenador 20 - UERJ*
>
> *"Divulgar a libras e capacitar profissionais" Coordenador 21 - UFRRJ*

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n. 9.394 prevê em seu artigo 62 a formação continuada dos professores, mas, conforme Gouvea (2024) enfatiza, as políticas de formação de professores no Brasil são um grande desafio para inclusão de discentes público da educação especial. (p.19)

Cruz e Glat (2014) consideram essa discussão fundamental para a formação de professores, especialmente no que se refere à inclusão de alunos com necessidades especiais. A formação deve contemplar tanto a teoria quanto a prática, preparando os docentes para atuar em um ambiente inclusivo e interagir com as especificidades de cada aluno:

> Nos cursos de formação de professores em nível de Licenciatura acumulam-se críticas, de todas as ordens, à consistência da preparação oferecida para a intervenção profissional na educação básica. Esta temática ganha um contorno deveras peculiar quando a ela agregamos a escolarização de alunos com necessidades especiais oriundas de algum tipo de deficiência ou transtorno de desenvolvimento. A noção de Inclusão assume polemizador papel nos debates relacionados ao encaminhamento a ser dado ao processo de escolarização desses sujeitos. E, na esteira dessa polêmica questão, está a tensão que se define na relação entre o "ensino comum" e o "ensino especial". Em alguns momentos é como se falássemos, para além de suas especificidades, de sistemas distintos e incomunicáveis. A busca de efetiva escolarização para alunos com necessidades educacionais especiais reflete um percurso histórico que não pode ser ignorado, e implica em responsabilidade a ser assumida em processos formativos deflagrados em

> cursos de graduação destinados à preparação de profissionais que desempenharão a função docente na educação básica. (p. 258)

Reis, Eufrásio e Bason (2010) destacam a falta de preparo dos professores com as práticas inclusivas como a principal responsável pelo insucesso dos discentes. De acordo com as autoras:

> Ao pensar na esfera educacional, com postura contrária a um mero instrumento de promoção social ou promessa de igualdade, mas, sim, como um local de desfazer e esclarecer contradições a partir das experiências da comunidade escolar, cabe discutir a formação docente para a prática inclusiva, já que a falta de preparo dos professores é apontada por documentos internacionais de avaliação da educação como a principal causa de insucesso dos alunos. (p. 115)

Adorno (2022) sugere que a profissão de professor, em sua forma mais convencional, ainda carrega um peso de passado que limita sua capacidade de se adaptar ao presente. Ele destaca que esse "arcaísmo" não se refere apenas à forma como o professor é visto socialmente, mas também à maneira como ele age em sala de aula:

> Um tal arcaísmo correspondente à profissão do professor como tal não apenas promove os símbolos arcaicos dos professores, mas também desperta os arcaísmos no próprio comportamento destes, quando ralham, repreendem, discutem etc; atitudes tanto próximas da violência física quanto reveladoras de momentos de fraqueza e insegurança. (p. 122)

Sobre o local de realização dos projetos analisados, alguns foram realizados fora das Universidades, em parcerias com Instituições como Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, Instituto Benjamin Constant - IBC e Centros de Referência em Autismo de São Gonçalo.

> *"Desenvolvimento de material didático para apoio as aulas de arte, para estudantes com deficiência visual, uma parceria da UFRJ com o IBC". Coordenador 02 – UFRJ*
>
> *"Em vários lugares. No INES , UERJ, IFRJ de Belford Roxo". Coordenador 06 – UERJ*
>
> *"Temos projetos na própria Universidade e em parceria com o Centro de Referência Municipal em Autismo de SG". Coordenador 20 – UERJ*
>
> *"Instituto Brasileiro de Educação de Surdos". Coordenador 01 - UFRJ*

A universidade é uma instituição concebida para atender as demandas do país. Uma das ações que a universidade usa para a formação está relacionada a extensão universitária.

A extensão universitária é fundamental para conectar a academia à comunidade, promovendo uma formação mais integrada. Ela permite que os estudantes apliquem seus conhecimentos em projetos que atendem às necessidades sociais, culturais e econômicas do

país. Essa interação não só enriquece a formação dos alunos, mas também fortalece o compromisso da universidade com o desenvolvimento social.

Por meio de atividades de extensão, os estudantes desenvolvem habilidades práticas, aprendem sobre a realidade da população e se tornam agentes de transformação. Além disso, a extensão universitária promove a troca de saberes, possibilitando que a comunidade contribua com suas experiências e demandas, tornando o processo educativo mais inclusivo e relevante. Assim, a universidade não só forma profissionais competentes, mas também cidadãos conscientes e engajados na construção de uma sociedade melhor.

> Neste movimento de integração em que estão imersas a universidade e a comunidade, o aluno atuante se depara com um grande número de tarefas novas e de situações que lhe cobram condutas de responsabilidade e autonomia no processo de formação profissional. A extensão aparece então como mecanismo que leva o aluno a participar e a buscar ações e soluções para o contexto social e, diante deste contexto, atuar, experimentar, conhecer e conviver de forma cívica e responsável. (SANTOS, ROCHA e PASSAGLIO, 2016, p.25)

Os pensamentos de Adorno (2022) sugerem uma visão dinâmica e transformadora da sociedade e da educação, defendendo que ambas devem ser pensadas não de forma estática, mas como processos em constante transformação.

> O essencial é pensar a sociedade e a educação em seu devir. Só assim seria possível fixar alternativas históricas, tendo como base a emancipação de todos no sentido de se tornarem sujeitos refletidos da história, aptos a interromper a barbárie e realizar o conteúdo positivo, emancipatório. (ADORNO, 2022, p. 12).

Importante ressaltar, que os projetos desenvolvidos dentro das Instituições também contribuem para formação dos participantes e abrem as portas para que a comunidade conheça a Universidade. Santos, Rocha e Passaglio (2016, p. 24) reforçam a necessidade da Universidade receber as demandas sociais e não se limitar apenas às exigências do mercado ou práticas assistencialistas. Ainda segundo os autores: “Ao promover a construção de conhecimento e ao se constituir como elemento capaz de operacionalizar a relação entre teoria e prática, a extensão se torna uma fonte de integração na relação ensino-pesquisa” (2016, p.24)

Síveres (2013) reflete sobre a ideia de que a dinâmica dialógica no contexto da educação superior envolve a integração de diferentes abordagens que, ao invés de serem vistas como conflitantes ou separadas, devem ser compreendidas como elementos complementares enfatizando a importância do movimento de acolhimento e integração de diferentes conhecimentos e experiências. Esse processo de diálogo entre saberes tanto locais

quanto globais, acadêmicos ou não-acadêmicos — é visto como uma oportunidade para a universidade se posicionar de maneira mais inclusiva e transformadora, reconhecendo e valorizando as diversas fontes de conhecimento.

> O terceiro aspecto, a comunicação dos saberes, no processo significante da UNI-versidade, caracteriza-se pelo movimento de acolhida da diversidade dos saberes, dos conhecimentos produzidos em outras regiões e das experiências de outros sujeitos ou grupos sociais. Essa dinâmica de fora para dentro, muitas vezes, é mais difícil, mas é uma oportunidade para posicionar a instituição em relação a seu caráter de acolhimento e cuidado com aquilo que, no fundo, já é patrimônio da humanidade. Nesse sentido, criar uma rede de diálogo, intercâmbio e cooperação com outras instituições educacionais, governamentais ou sociais, objetivando acolher e partilhar os conhecimentos construídos para fortalecer a autonomia e autoestima dos estudantes e professores, transforma a instituição numa verdadeira incubadora de saberes e conhecimentos. (p. 23)

Pensando no campo da inclusão educacional/social, foi perguntado aos responsáveis pelos projetos se esse tema foi abordado e de que forma ocorreu. As respostas refletem o interesse em debater o assunto e os meios usados são diversos e envolvem desde leitura e discussão de textos, lives e exposição de filmes até promoção de jornada de conscientização.

> *"Sim, tanto no texto do projeto como no treinamento dos bolsistas extensionistas". Coordenador 01 - UFRJ*
>
> *"Sim. Fizemos reuniões semanais para discutir a respeito do tema; promovemos eventos para ampliar a compreensão a respeito da inclusão escolar; oferecemos cursos de extensão para graduandos e professores sobre o tema". Coordenador 04 - UERJ*
>
> *"Com certeza! Criando oportunidades de participação e fomentando políticas públicas de Esporte e Lazer para pessoas com deficiências". Coordenador 09 - UFF*
>
> *"Sim, por meio de encontros dialógicos com os sujeitos com deficiência intelectual e/ou TEA e também com graduandos dos cursos de Licenciaturas da UERJ". Coordenador 10 - UERJ*
>
> *"Sim. Leitura e discussão de textos sobre a temática". Coordenador 11 - UERJ*
>
> *"Sim. Com vivencias, rodas de conversa, produção de materiais, organização de eventos". Coordenador 12 - UFRJ*
>
> *"Sim. A partir dos encontros do curso com aula expositiva e discussão com o grupo de cursistas". Coordenador 13 - UERJ*
>
> *"Sim, realizamos lives e exposição de filmes sobre o tema". Coordenador 15 - UFF*
>
> *"Atuo com adolescente e pré-adolescentes surdos. Converso muito com as mães deles sobre a temática de acordo com a realidade de cada um". Coordenador 18 - UERJ*
>
> *"É abordado especialmente em ações com caráter formativo junto a estudantes e profissionais enquanto uma das ações dos projetos.*

> *Promovemos anualmente uma Jornada de conscientização e Luta pelos direitos das pessoas autistas". Coordenador 20 - UERJ*
>
> *"Dentro dos cursos de língua, há sempre fóruns e rodas de conversa com convidados da comunidade de Libras". Coordenador 21 - UFRRJ*
>
> *"Sim. A partir da implementação de jogos e atividades computacionais visando o ensino de matemática e português e através da inclusão da criança trabalhando a interação e a aprendizagem". Coordenador 22 - UFF*

Para Freire (2008), a inclusão é um movimento fundamental que busca garantir que todos os indivíduos, independentemente de suas diferenças, tenham a oportunidade de participar ativamente da sociedade. No campo educacional, isso se traduz em proporcionar a cada aluno um ambiente de aprendizado adaptado às suas necessidades, permitindo que todos possam desenvolver suas habilidades e potencialidades. Segundo a autora:

> A inclusão é um movimento educacional, mas também social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos participarem, de uma forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte, e de serem aceitos e respeitados naquilo que os diferencia dos outros. No contexto educacional, vem, também, defender o direito de todos os alunos desenvolverem e concretizarem as suas potencialidades, bem como de apropriarem as competências que lhes permitam exercer o seu direito de cidadania, através de uma educação de qualidade, que foi talhada tendo em conta as suas necessidades, interesses e características. (p. 05)

A Inclusão em Educação não promove apenas a igualdade de oportunidades, mas também enriquece a convivência social, estimulando o respeito e a valorização das diversidades. Ao focar nas particularidades de cada aluno, a educação inclusiva contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados, capazes de exercer seus direitos e responsabilidades de maneira plena. É um desafio contínuo, mas essencial para construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Nessa perspectiva, Becker em diálogo com Adorno destaca a necessidade do equilíbrio entre adaptação e individualidade e o papel da educação nesse processo. Segundo o autor a educação deve promover a autonomia e o pensamento crítico, permitindo que cada indivíduo se expresse e desenvolva sua singularidade, mas, por outro lado isso não pode se tornar um mecanismo que suprime a individualidade em nome de um conformismo. É um desafio encontrar um modelo educacional que valorize a diversidade de pensamentos e experiências, incentivando a colaboração e a empatia sem desumanizar ou homogenizar os indivíduos

> A adaptação não deve conduzir à perda da individualidade em um conformismo uniformizador. Esta tarefa é tão complicada porque precisamos nos libertar de um sistema educacional referido apenas ao indivíduo. Mas, por outro lado, não devemos permitir uma educação sustentada na crença de poder eliminar o indivíduo. (BECKER, 2022, p. 156)

De acordo com os pensamentos de Freire (2008, p. 08), a inclusão se fundamenta em quatro eixos principais: "(1) é um direito fundamental, (2) obriga a repensar a diferença e a diversidade, (3) implica repensar a escola (e o sistema educativo) e (4) pode constituir um veículo de transformação da sociedade".

Entre as deficiências/transtornos abordados nos projetos de extensão estudados, foi identificado Transtorno do Espectro do Autismo - TEA, surdez, deficiência visual e deficiência intelectual. Nessa perspectiva, ao serem perguntados sobre a forma como foram abordados cenários/problemas/desafios relacionados aos diferentes tipos de deficiências/transtornos e se foram abordados, algumas respostas demonstram um cuidado em debater a temática:

> *"Sim. São discutidos e considerados os diferentes tipos de deficiência a partir do modelo social da deficiência". Coordenador 07 - UNIRIO*
>
> *"Sim! Foi necessário realizar uma pesquisa sobre cada deficiência para atender os alunos matriculados para atender as necessidades de cada criança, promover a participação dos Pais nas aulas do Projeto". Coordenador 09 - UFF*
>
> *"Os desafios relacionados às pessoas com deficiência intelectual e o processo de alfabetização e letramento". Coordenador 11 - UERJ*
>
> *"Sim, falta de intérpretes de Libras, espaços escuros, falta de sinalização de banheiro e outros". Coordenador 15 - UFF*
>
> *"Abordo sempre na perspectiva da diversidade linguística". Coordenador 21 – UFRRJ*

A inclusão de estudantes com demandas de aprendizagem nas universidades é um tema fundamental e que merece atenção especial. De acordo com Rodrigues (2012, p. 09):

> O debate sobre este tema é pois a tentativa de discutir os entendimentos de uma inclusão que não seja feita em termos voluntaristas e semi-clandestinos mas pelo contrário que se assuma como política social e educativa. No momento em que se estabelece como política prioritária de educação de alunos com necessidades especiais a dinamização de uma perspectiva inclusiva, é altura de – sabendo que as Universidades fazem parte do sistema educativo – reflectir sobre de que forma a perspectiva de educação inclusiva pode ser desenvolvida na Universidade. A Universidade, ainda que com as suas indiossincrasias próprias, terá que reflectir "a Luz do dia" sobre as suas dificuldades pedagógicas e de consumação de uma política inclusiva.

Pensando num contexto de emancipação, é fundamental reconhecer as dificuldades reais que impedem esse processo em nossa sociedade. A emancipação, nessa perspectiva, não é apenas uma aspiração, mas um objetivo complexo que enfrenta obstáculos significativos, tanto estruturais quanto culturais (Adorno, 2022, p. 198)

Adorno (2022, p. 200) sugere uma educação que promova a contestação e a resistência como formas de emancipação. Para o autor a verdadeira libertação não se limita a uma

mudança superficial, mas exige um engajamento ativo e crítico por parte de um grupo comprometido. A educação, nesse contexto, torna-se um instrumento para desafiar normas estabelecidas, questionar estruturas de poder e promover a autonomia do pensamento. Esse tipo de educação visa não apenas transmitir conhecimento, mas também capacitar indivíduos a agir e a transformar sua realidade. Ainda segundo o Adorno "a única concretização efetiva da emancipação consiste em que aquelas poucas pessoas interessadas nessa direção orientem toda sua energia para que a educação seja uma educação para contestação e para resistência".

Considerando o espaço de tempo 2016-2023, período considerado na pesquisa, é possível constatar que alguns projetos foram realizados durante o período pandêmico Covid19. De acordo como o Ministério da Saúde

> **A Covid-19** é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. O SARS-CoV-2 é um betacoronavírus descoberto em amostras de lavado broncoalveolar obtidas de pacientes com pneumonia de causa desconhecida na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019. Pertence ao subgênero Sarbecovírus da família Coronaviridae e é o sétimo coronavírus conhecido a infectar seres humanos.

Após a confirmação do primeiro caso, a Organização Mundial de Saúde decretou em março/2020 a pandemia e com isso foram necessárias mudanças em vários setores e com a educação não foi diferente. No campo da educação, as tecnologias contribuíram para que as escolas continuassem funcionando.

Os coordenadores dos projetos de extensão alvo da pesquisa, ao serem perguntados se foram necessárias adaptações para realização do projeto de extensão durante a pandemia, informaram que se adaptaram para manter, de alguma forma, as atividades. As respostas indicam o uso das tecnologias e redes sociais:

> *"Sim / reuniões on-line pelo MEET / e cuidados especiais quando eu tinha que ir as empresas de corte laser". Coordenador 02 - UFRJ*
>
> *"Sim! Utilizamos videoconferências para nos reunir, promover evento e curso". Coordenador 04 - UERJ*
>
> *"Sim. Começamos com encontros remotos semanais que se mantém até hoje". Coordenador 06 - UERJ*
>
> *"Sim! Adotamos o atendimento on-line em diferentes redes e App; no WhatsApp, por exemplo, criamos grupos 1 para 1 e a Coordenação (1 bolsista + 1 estudante com deficiência + a Coordenação)". Coordenador 08 - UERJ*
>
> *"Começamos em 2019 e no ano de 2020 utilizamos o Instagram e WhatsApp para a realização de atividades". Coordenador 10 - UERJ*
>
> *"Sim. As formações foram realizadas no formato online. A divulgação cientifica foi mais intensa nas redes sociais". Coordenador 12 - UFRJ*
>
> *"Sim. Fizemos de forma online. Mas, a grande maioria não possuía internet e /ou não se concentrava na aula. Foi muito difícil. Neste caso, o nosso*

> *objetivo na pandemia era eles terem com quem conversar em Libras e sair do isolamento total porque a maioria das famílias sabem pouca Libras ou nada de Libras. A pandemia foi muito angustiante para eles. Alguns surtaram". Coordenador 18 – UERJ*

De acordo com Nóvoa (2020, p.09):

> No que diz respeito às tecnologias, é evidente que elas fazem parte da cultura digital das sociedades contemporâneas e que seria absurdo que ficassem fora da escola e não fossem utilizadas do ponto de vista pedagógico. Seria impensável. São instrumentos essenciais para as aprendizagens, nas mãos de professores e alunos.

Cabral, Moreira e Damasceno (2021) abordam os desafios do ensino remoto durante a pandemia de Covid-19, destacando as dificuldades enfrentadas tanto por docentes quanto por discentes. A transição do ensino presencial para o digital não foi uma tarefa simples, especialmente para aqueles que não estavam acostumados com o ambiente virtual de aprendizagem. Esse processo de adaptação forçada exigiu um esforço coletivo de todos os envolvidos, incluindo a criação de novas estratégias pedagógicas, o domínio de tecnologias educacionais e a necessidade de garantir a inclusão digital.

> Grandes são os desafios postos para a construção do ensino remoto no momento em que toda a educação precisa se adaptar a nova realidade, o que inclui os docentes. O mesmo acontece com os estudantes, que acostumados com o ensino presencial, se vêem diante de uma tela de computador, precisando se encaixar em ao novo modelo imposto devido à pandemia de Covid-19 4 que assola o planeta, porque a Portaria, Nº 343 de 17 de Março de 2020 autoriza a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. (Cabral, Moreira e Damasceno, 2010, p. 361).

Encerrando o questionário, foi perguntado quais foram os resultados do projeto de extensão considerando os objetivos e metas. As respostas indicam resultados positivos:

> *"A grande procura no Repositório por materiais com texto completo e a interação com as redes sociais do Repositório Huet". Coordenador 01 - UFRJ*

> *"Os resultados foram muito bons, todo o material didático (placas vazadas com diversas temáticas) produzido está em uso nas oficinas de arte do IBC". Coordenador 02 - UFRJ*

> *"Elaboramos recursos didáticos para pessoas com deficiência visual". Coordenador 03 - UFF*

> *"Inclusão social e protagonismo, aprendizado dos participantes e produção de conhecimento". Coordenador 05 - UNIRIO*

> *"Realização de três produtos. Material didático- 4 volumes, PodCast chamado "Posdesconctruindo muros" sobre a acessibilidades com pessoas com deficiência. E a publicação de um livro com apoio do Edital Editoração 49/2021 da Faperj "Minhas mãos são minha liberdade"". Coordenador 06 - UERJ*

"O projeto ainda está em execução, com apenas 7 meses de atividades. O repositório está pronto, disponível para acesso e em evolução. Sua divulgação vem sendo feita progressivamente". Coordenador 07 - UNIRIO

"Ao longo desses 20 anos, conseguimos acompanhar e garantir que alguns estudantes, com diferentes deficiências concluíssem seus cursos, alguns se tornaram voluntários do Programa, temos uma usuária que, hoje, é doutora. Se observarmos os bolsistas de extensão e iniciação à docência, graduandos em formação inicial, poderia dizer que o fato de alguns ingressarem no mestrado e doutorado com pesquisas na área de acessibilidade e inclusão, também podemos dizer que esses são resultados positivos". Coordenador 08 - UERJ

"As crianças ficaram menos ansiosas, melhoraram o sono e se alimentaram melhor". Coordenador 09 - UFF

"Alcançamos os objetivos traçados além de possibilitar o desenvolvimento de habilidades de autodeterminação e autodefensoria. Uma fator que vale a pena ressaltar é que sentimentos de amizade e pertencimento foram construídos, o que não estava previsto inicialmente". Coordenador 10 - UERJ

"Formação de recursos humanos entre estudantes de diferentes cursos de graduação da UFRJ, principalmente da área da saúde; formação continuada de professores e familiares que atuam/cuidam de pessoas com autismo e outras deficiência; criação de conteúdos anticapacitista, envolvendo também acessibilidade, diversidade e inclusão". Coordenador 12 - UFRJ

"Resultou num outro projeto de extensão, dessa vez com recursos". Coordenador 14 -UFRRJ

"Resultados muito positivos, novas formações de professores, atuações melhoradas em espaços públicos e outros". Coordenador 15 - UFF

"Foram realizadas atividades por meio de WhatsApp onde os familiares recebiam as orientações dos estudantes de pedagogia e realizavam as atividades com seus filhos em casa, gravavam e enviam os resultados e os vídeos para serem discutidos posteriormente". Coordenador 16 - UERJ

"Número crescente de participantes do momento tira-dúvidas, maior frequência nos grandes eventos promovidos pela UFF, engajamento em nossas redes sociais. Pedidos de apoios individuais, solicitação de permissão de compartilhamento do link do projeto para demais componentes da rede de cuidado do autista, principalmente escola". Coordenador 17 - UFF

"Os resultados parecem ser mínimos aos olhos externos. Mas, internamente e para as famílias, o pouco é muito diante do enorme desafio de ensinar a Língua portuguesa que é linear e oral auditiva para surdos que pensam de forma viso espacial. Os resultados são vistos diante do processo de acordo com a evolução de cada aluno". Coordenador 18 - UERJ

"Diretamente na modalidade de Tratamento Assistido por Animais com Cães e crianças com TEA podemos destacar: melhoria do contato visual, maior aderência ao tratamento e principalmente melhoria da comunicação verbal e não verbal, com destaque intencionalidade no desejo de comunicar e estabelecimento de forte vínculo com o cão que passa a atuar como motivador para as ações, modelador de comportamentos e/ou zona de conforto e regulação". Coordenador 20 - UERJ

"O desenvolvimento da língua para níveis básicos em forma EAD não mostrou-se tão eficiente quanto os ofertados presenciais ou híbrido (material online e prático presencial)". Coordenador 21 - UFRRJ

> *"Desenvolvimento, implementação e implantação dos jogos e atividades computacionais no laboratório do projeto. Atendimento das crianças com TEA da comunidade da região sul fluminense no laboratório do projeto no campus Aterrado. Capacitação e treinamento da equipe de monitores do curso de Psicologia que atendem as crianças com TEA no laboratório do projeto". Coordenador 22 - UFF*

Os resultados mostram que os projetos vão além do desenvolvimento de materiais pedagógicos e da formação de professores. Eles também promoveram a formação e o desenvolvimento de participantes com necessidades especiais e de suas famílias, além de fomentar vínculos de amizade e pertencimento. Essa abordagem indica um compromisso significativo com a inclusão no âmbito da educação especial, sugerindo a possibilidade de novos projetos que continuem a avançar nesse sentido. É um sinal positivo de que a inclusão é uma prioridade e que as iniciativas estão gerando impacto real na vida dos envolvidos.

"O Grande problema do educador não é discutir se a educação pode ou não pode, mas é discutir onde pode, como pode, com quem pode, quando pode; é reconhecer os limites que sua prática impõe. É perceber que o seu trabalho não é individual, é social e se dá na prática de que ele faz parte".
Paulo Freire

4 CONSIDERAÇÔES FINAIS

Esse trabalho dissertou sobre a inclusão do público da educação especial a partir dos projetos de extensão das Universidades do Rio de Janeiro (UERJ, UNIRIO, UFF, UFRJ e UFRRJ). Procuramos compreender quais visões de inclusão são abordadas nesses projetos.

No desenvolvimento da pesquisa, buscamos identificar quais deficiência e transtornos foram abordados e quais ações são desenvolvidas para inclusão desse público. Os projetos de extensão analisados desempenham/desempenharam um papel fundamental na promoção da inclusão e na conscientização sobre essa temática. Cada um dos transtornos/deficiência apresenta situações e desafios específicos, que merecem consideração e abordagem adequadas.

A educação inclusiva não é apenas um desafio, mas uma oportunidade de transformar o ensino e a aprendizagem. Importante destacar que a valorização da diversidade humana é fundamental e exige uma abordagem inovadora na educação e a extensão universitária pode ajudar nesse caminho. A extensão universitária vai além da simples transmissão de conhecimentos técnicos ou científicos. Ela proporciona uma formação crítica, ética e humanística, que permite aos estudantes refletir sobre questões sociais, culturais, econômicas, entre outras.

A extensão tem a capacidade de integrar a teoria com a prática, ao possibilitar que os alunos se envolvam diretamente em projetos que atendem à comunidade e que, muitas vezes, lidam com problemas reais e urgentes.

Com base na discussão apresentada e considerando os objetivos e questões de estudo propostos, foi possível fazer as seguintes observações:

- ✓ As Universidades, lócus do estudo, demonstram uma preocupação com a inclusão do público da educação especial, assim como o desenvolvimento de projetos de extensão. No que diz respeito à Extensão Universitária, o plano de desenvolvimento institucional das Universidades estudadas contempla políticas que visem a formação, a construção do conhecimento, a preservação e a recriação da cultura e promoção de

bem estar integrada com a sociedade. A Extensão é considerada o elo de ligação com a sociedade. As políticas de extensão, ao integrar a formação acadêmica com ações sociais, permitem que os estudantes se envolvam em projetos que beneficiam a comunidade, ao mesmo tempo em que enriquecem sua própria formação. Esse diálogo entre academia e sociedade é fundamental para a construção de um conhecimento que reflita as realidades e necessidades do público em geral. No que tange as políticas de Inclusão em Educação, os PDIs apresentam uma preocupação em buscar processos educacionais mais justos e democráticos que aumentem a participação de grupos em condição de exclusão e possibilite equidade no atendimento à pessoa com necessidades especiais. A ênfase na equidade e na justiça educacional é essencial para criar oportunidades reais para todos os indivíduos, garantindo que cada um tenha acesso a recursos e experiências que possam promover seu desenvolvimento integral. Essa abordagem não apenas melhora a qualidade do ensino, mas também fortalece o compromisso social das universidades.

- ✓ Entre as deficiências e transtornos identificadas nos projetos de extensão pesquisados é possível citar principalmente deficiência visual, surdez, transtorno do espectro do autismo. Os projetos foram realizados em parcerias com instituições como Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), Instituto Benjamin Constant, prefeituras, setores da própria universidade e comunidade externa. A abordagem de várias deficiências e transtornos e iniciativas em parceria com outros setores são fundamentais para promover a inclusão e o acesso à educação e serviços. Além disso, a colaboração com prefeituras e a comunidade externa fortalece a conexão entre a academia e a sociedade, ampliando o impacto das ações.
- ✓ Foram analisados os projetos de extensão realizados no período 2016-2023. Mesmo com a pandemia de Covid-19 decretada no ano de 2020, os coordenadores de projetos mantiveram as atividades de forma adaptada de modo que não prejudicasse o andamento dessas atividades. Os recursos tecnológicos e as redes sociais foram fundamentais nesse período para manter a comunicação, garantindo a continuidade das atividades.
- ✓ Os projetos de extensão analisados geraram impactos positivos principalmente no que tange a criação de materiais didáticos e a formação continuada de professores e, como consequência, a permanência de estudantes com deficiência ou com algum transtorno. Os resultados indicam alimentação de repositórios com material didático, desenvolvimento de podcast, de livros, de novos projetos de extensão e também a

participação da família e a melhoria de comunicação. Os recursos apoiam o aprendizado e os outros materiais possibilitam a transmissão de informações sobre a inclusão.

A inclusão de alunos público da educação especial enfrenta inúmeros desafios. A qualidade da educação, a formação dos educadores e os investimentos em infraestrutura e recursos são aspectos cruciais. Para garantir uma educação inclusiva e de qualidade, é fundamental que as instituições recebam apoio adequado, tanto em termos de capacitação dos professores quanto em adaptações necessárias para atender às diferentes necessidades dos alunos. Além disso, promover uma cultura de respeito e empatia entre todos os estudantes é essencial para criar um ambiente mais acolhedor e produtivo.

A organização dos espaços físicos e pedagógicos é essencial para atender às necessidades de todos os alunos. Isso pode incluir adaptações curriculares, recursos didáticos diversificados e ambientes que promovam a interação e a colaboração. Nesse contexto, a formação contínua dos educadores é muito importante. Professores precisam estar preparados para lidar com a diversidade, compreendendo as diferentes formas de aprender e desenvolvendo estratégias que respeitem e valorizem essas diferenças.

O trabalho em parceria entre escolas, famílias e comunidades também é fundamental. A troca de conhecimentos e experiências enriquece o processo educativo e fortalece o compromisso coletivo com a inclusão. Esses passos não apenas beneficiam alunos com deficiências, mas também enriquecem o ambiente escolar para todos, promovendo um aprendizado mais completo e humano.

A extensão universitária pode contribuir para todas essas questões, seja para produção de material, para formação continuada ou para difundir a informação sobre a inclusão do público da educação especial. Com essas considerações, esperamos que a extensão universitária seja cada vez mais explorada para que cada vez mais as portas da Universidade se abram para comunidade e para que a produção relacionada ao ensino e à pesquisa ultrapassem os muros para chegar à comunidade.

5 REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. Educação e Emancipação. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022. 208 p.

AINSCOW, Mel. Inclusion and equity in education: Making sense of global challenges. Prospects, v. 49, p. 123–134. Set, 2020. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s11125-020-09506-w#citeas. Acesso em 01/07/2023.

AGUIAR, Jonathan., e Queiroz, Alexandra Sudário Galvão. Inclusão em educação: múltiplos olhares de interações. RevistAleph, n. 34, p. 347-365, 2020. Disponível: https://periodicos.uff.br/revistaleph/article/view/42225. Acesso em 23/05/2024.

ALMEIDA, Tamara França de. Análise dos indicadores e políticas de inclusão escolar na Baixada Fluminense. 2016. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) - Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu - RJ, 2016. Disponível em: https://tede.ufrrj.br/jspui/handle/jspui/1309. Acesso: 10/04/2023.

ANDRADE, Patrícia e DAMASCENO, Allan. Políticas públicas de educação inclusiva: reflexões acerca da educação e da sociedade à luz da Teoria Crítica. Textura – Ulbra, Canoas, v. 19, n. 39, p. 201-220, jan/abr 2017. Disponível em: http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/2083. Acesso em 01/11/2024.

BATISTA, Sueli Soares dos Santos. Teoria Crítica e teorias educacionais: uma análise do discurso sobre educação. Educ Soc [Internet]. v. 21, n. 73, p. 182–205, dec 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/pSrGJpYzr38M5PPFpnS3kpD/. Acesso em 15/12/2024.

BOFF, Leonardo. O cuidado essencial: princípio de um novo ethos. Inclusão Social, *[S. l.]*, v. 1, n. 1, 2005. Disponível em: https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1503. Acesso em: 02/01/2024.

BRASIL. Decreto 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 3 dez. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004- 2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 28/01/2024.

_____Decreto 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá providências. Diário Oficial da União, Brasília, 17 nov. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em 30/01/2024.

_____Decreto-lei 252, de 28 de fevereiro de 1967. Estabelece normas complementares ao Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-252-28-fevereiro-1967-376151-publicacaooriginal-1-pe.html Acesso em 30/12/2023.

_____Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista. Presidência da República, Casa Civil.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 20/10/2024

_____ Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 15/11/2024.

_____Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: [s.n.], 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf. Acesso em: 25/05/2024.

_____Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. PNEE: Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida/ Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação – Brasília; MEC. SEMESP. 2020. 124p. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/descontinuado/pnee.pdf. Acesso em: 01/12/2024.

_____Programa Incluir. Documento Orientador Programa Incluir Acessibilidade na Educação Superior SECADI/SESu (2013). Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1329 2 docori-progincl&category_slug=junho-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 01/02/2024.

CABRAL, Rosangela Costa Soares; MOREIRA, Joana da Rocha.; DAMASCENO, Allan. Rocha. Educação Inclusiva em tempos de barbárie: questões sobre os desafios do ensino remoto. Revista de Estudos em Educação e Diversidade - REED, *[S. l.]*, v. 2, n. 3, p. 360-374, 2021. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/reed/article/view/8134. Acesso em: 10 nov. 2024.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Escritos sobre a universidade. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

COELHO, Geraldo Ceni. O papel pedagógico da extensão universitária. Revista Em Extensão, Uberlândia, v. 13, n. 2, p. 11–24, 2015. DOI: 10.14393/REE-v13n22014_art01. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/26682. Acesso em: 28/12/2023.

CRUZ, Gilmar de Carvalho, GLAT Rosana. Educação inclusiva: desafio, descuido e responsabilidade de cursos de licenciatura. Educ rev [Internet]. n. 52, p. 257–73. Abr 2014. Disponível em https://www.scielo.br/j/er/a/zKXfJ8TbsjLvvYjnNzQbx7K/abstract/?lang=pt. Acesso em 13/09/24

DAMASCENO, Allan Rocha. Políticas públicas de educação inclusiva e o público-alvo da educação especial no ensino superior: Desafios e Perspectivas – Experiências inclusivas nas Universidades Federais do Rio de Janeiro. 2019. 233 f. Relatório (Estágio pós-doutoral em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2019.

DAMASCENO, Allan Rocha, & Cruz, Isabela Damaceno. Inclusão em educação e a formação de professores em perspectiva: entre velhos dilemas e desafios contemporâneos. Revista De Estudos Em Educação E Diversidade - REED, v. 2, n. 3, p. 71-88, 2021. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/reed/article/view/8093. Acesso em: 28/05/2024.

DEUS, Sandra de. Extensão universitária: trajetórias e desafios. Santa Maria, RS: Ed. PRE-UFSM, 2020. 96 p.

FORPROEX - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileira. Plano Nacional de Extensão Universitária. Porto Alegre: UFRGS. Manaus, 2012.

FORPROEX. Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006.

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____ Pedagogia do oprimido [recurso eletrônico] / Paulo Freire. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. recurso digital. Disponível em: Paulo_Freire_Pedagogia_do_Oprimido (1).pdf. Acesso em: 12/01/2024

FREIRE, Sofia. Revista da Educação, v. XVI, n. 1, pp. 5-20, 2008. Disponível http://hdl.handle.net/10451/5299. Acesso em 20/10/24

GABRIEL, Maria do Socorro Gonçalves. Repensando a extensão universitária: Um olhara partir das ações do projeto de extensão universitária PBMIH Português Brasileiro para Migração Humanitária da UFPR. 2022. 111 p. Tese (Doutorado). Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2022. Disponível em: R - T - MARIA DO SOCORRO GONCALVES GABRIEL.pdf. Acesso em 25/11/2024

GADOTTI, Moacir. Extensão Universitária: Para quê?. Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em: https://www.paulofreire.org/noticias/557-extensao-Universit%C3%A1ria-para-que. Acesso em: 30/12/2023

Gil, Antonio Carlos, 1946 Como elaborar projetos de pesquisa / Antonio Carlos Gil. – 6. ed. – São Paulo : Atlas, 2017

GOMES, Luiz Roberto. Teoria crítica e educação política em Theodor Adorno. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 10, n. 39, p. 286–296, 2012. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639731. Acesso em: 6 ago. 2024.

GOUVEA, Juliana Ferreira. A Formação de Professores no Ensino Médio na Modalidade Normal: Experiências inclusivas (de)formativas de Escolas Fluminenses. 2024. 211 p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2024. Disponível em: https://lepedi-unirio-ufrrj.com.br/dissertacoes/#1716472006605-33217fa3-a4e2. Acesso em 20/08/2024.

LÖSCH, S.; RAMBO, C. A.; FERREIRA, J. L. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, p. e023141, 2023. DOI: 10.21723/riaee.v18i00.17958. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17958. Acesso em: 15 abr. 2025.

MAGALHÃES, Tamara França de Almeida. A luta anticapacitista na Universidade: revendo conceitos de deficiência. 2022. 244 f. Tese (Doutorado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) - Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar,

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, 2022. Disponível em: https://tede.ufrrj.br/jspui/handle/jspui/6662. Acesso em 10/04/2023.

MEDEIROS, Márcia Maria de. A extensão universitária no Brasil - um percurso histórico. BARBAQUÁ, *[S. l.]*, v. 1, n. 1, p. 9–16, 2017. Disponível em: https://periodicosonline.uems.br/index.php/barbaqua/article/view/1447. Acesso em: 08/09/2024.

MELO, Rúrion. Teoria crítica e os sentidos da emancipação. Caderno CRH, [S. l.], v. 24, n. 62, 2012. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/19208. Acesso em: 10/11/2024.

MIGUEL, José Carlos. A curricularização da extensão universitária no contexto da função social da universidade. Práxis Educacional. Vitória da Conquista. v. 19, n. 50, p. e11534, 2023. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/11534. Acesso em: 01/02/2024.

MINAYO, Maria Cecília Souza. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. In: Maria Cecília Souza Minayo (Org). Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002. 21 ed.

NÓVOA, António. A pandemia de Covid-19 e o futuro da Educação. Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal, v. 7, n. 3, p. 8-12, 2020. Disponível em: https://periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/905/551. Acesso em 26/10/24

NOZU, Washington Cesar Shoiti; SILVA, Aline Maira da; ANACHE, Alexandra Ayach. Permanência do aluno com deficiência no ensino superior: dados censitários sobre as universidades federais da região centro-oeste. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 13, n. esp.2, p. 1421–1435, 2018. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/11652. Acesso em: 17 out. 2024.

PIEROZAN, Sandra Simone Hopner, et al. Curricularização da extensão: debates e trajetórias no Ensino Superior. Recife: Even3 Publicações, 2021. Disponível em: https://publicacoes.even3.com.br/book/curricularizacao-da-extensao-376875. Acesso em 10/02/2024.

PINHO DE ALMEIDA, Luciane. A extensão universitária no Brasil. DIversité REcherches et terrains. n. 7, 2015. Disponível em: https://www.unilim.fr/dire/692. Acesso 05/11/2024.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. São Paulo: Atlas, p. 76-97, 2006.

REIS, Michele Xavier dos; EUFRASIO, Daniela Aparecida; BAZON, Fernanda Vilhena Mafra. A formação do professor para o ensino superior: prática docente com alunos com deficiência visual. Educ. Rev. Belo Horizonte, v. 26, n. 01, p. 111-130, 2010. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982010000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12/10/2024.

REIS, Rosane Celeste Dias. Inclusão em educação: Fronteiras entre a Política institucional e os movimento instituintes do atendimento educacional de estudantes público alvo da educação

especial da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.2015.130 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2015. Disponível em: https://tede.ufrrj.br/jspui/handle/jspui/1539. Acesso em 10/04/2023. Acesso em: 03/02/2024.

ROCHA, Luiz Renato Martins da; OLIVEIRA, Jáima Pinheiro de. Análise textual pormenorizada da Lei Brasileira de Inclusão: perspectivas e avanços em relação aos direitos das pessoas com deficiência. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa , v. 17, e19961, 2022 . Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-43092022000100114&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 05/12/2024

RODRIGUES, David (Org.). Inclusão e educação: Doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

RODRIGUES, David. A Inclusão na Universidade: limites e possibilidades da construção de uma Universidade Inclusiva. Revista Educação Especial, *[S. l.]*, p. 09–15, 2012. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4951. Acesso em: 24/10/2024.

SANTOS, Jaciete Barbosa dos; OGASAWARA, Jenifer Satie Vaz. Educação Inclusiva na Contemporaneidade à Luz da Teoria Crítica da Sociedade. Revista Lusófona de Estudos Culturais, *[S. l.]*, v. 8, n. 2, p. 63–78, 2021. Disponível em: https://rlec.pt/index.php/rlec/article/view/3528. Acesso em: 14/08/2024.

SANTOS, João; ROCHA, Bianca; PASSAGLIO, Katia. Extensão Universitária e formação no ensino superior. Revista Brasileira de Extensão Universitária, v. 7, n. 1, p. 23-28, 2016. Disponível em: Vista do EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E FORMAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR.pdf. Acesso em: 18/10/2024.

SANTOS, Marcos Pereira. Contributos da Extensão Universitária Brasileira à formação acadêmica docente e discente no século XXI: Um debate necessário. Conexão UEPG. v. 6 n. 1, 2010. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/conexao/article/view/3731. Acesso em 17/11/2024.

SANTOS, Mônica Pereira dos. O papel do ensino superior na proposta de uma educação inclusiva. Revista Movimento – Revista da Faculdade de Educação da UFF. n. 7, p. 78-91, 2013. Disponível em: https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32468. Acesso em 23/05/2024.

SANTOS, Mônica Pereira; PAULINO, Marcos Moreira (orgs.). Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 11-16.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico [livro eletrônico]. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, K. C.; KOCHHANN, A. Tessituras entre concepções, curricularização e avaliação da extensão universitária na formação do estudante. Revista Espaço Pedagógico, *[S. l.]*, v. 25, n. 3, p. 703-725, 2018. Disponível em: https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/8572. Acesso em: 23/11/2024.

SÍVERES, Luiz (org.). A Extensão universitária como um princípio de aprendizagem. Brasília: Liber Livro, 2013. 272 p. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000232083. Acesso 13/11/2024.

TOMELIN, Karina N.; Dias, Ana Paula L.; Sanchez, Cintia N. M.; Peres, Juliana; Carvalho, Silvia. Educação inclusiva no ensino superior: desafios e experiências de um núcleo de apoio discente e docente. Rev. Psicopedagogia, São Paulo, v. 35, n. 106, p. 94-103, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v35n106/11.pdf. Acesso em 06/06/2022.

ZANOLLA, Sílvia Rosa Silva. Educação e barbárie: aspectos culturais da violência na perspectiva da teoria crítica da sociedade. Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 117–123, 2010. Disponível em: https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/11182. Acesso em: 6 ago. 2024.

6 APÊNDICE

Questionário eletrônico para os coordenadores dos projetos de extensão

1- Nome

2- Em qual universidade atua?

( ) UERJ

( ) UNIRIO

( ) UFF

( ) UFRJ

( ) UFRRJ

3- Você é uma pessoa com deficiência?

( ) Não

( ) Sim. Qual?_____

4- Qual o objetivo do projeto de extensão sob sua coordenação?

5- O objetivo foi alcançado?

( ) Sim

( ) Não

6- Onde o projeto de extensão foi desenvolvido?

7- O debate sobre a inclusão educacional/social foi abordado no projeto de extensão? Em caso positivo, como?

8- No projeto de extensão, sob sua coordenação, foram abordados cenários/problemas/desafios relacionados aos diferentes tipos de deficiências/transtornos?

9- O projeto foi realizado durante a pandemia?

( ) Sim.

( ) Não

10- Foram necessárias adaptações para realização do projeto de extensão, sob sua coordenação, durante a pandemia?

11- Quais foram os resultados do projeto de extensão, sob sua coordenação, considerando seus objetivos e metas?